

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO : Audiência Pública	Nº: 0136/00	DATA: 14/03/00
INÍCIO: 14h32min	TÉRMINO: 17h52min	DURAÇÃO: 3h20min
PÁGINAS: 74	QUARTOS: 41	
REVISORES: ANNA AUGUSTA, DANIEL, ROSA ARAGÃO		
SUPERVISORA: MYRINHA		
CONCATENAÇÃO: JOSÉ		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ALCIDES TÁPIAS - Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. JANE PINHO - Assessora do Ministro Alcides Tápias

SUMÁRIO: Política industrial para o setor farmacêutico, em especial a política de financiamentos.

OBSERVAÇÕES
Há oradores não identificados, trechos inaudíveis e ininteligíveis e falhas na gravação. Não foi possível checar a grafia correta dos nomes abaixo relacionados: Rubens Okini pág. 5 Shigeiuk Ishi pág. 5 meio-box pág. 20 URBIS pág. 39 LANAC pág. 53

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 35ª reunião desta Comissão e registro desde logo a presença em nosso meio do ilustre Ministro Alcides Tápias, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que atende convite desta Comissão para participar desta sessão pública. Tendo em vista a distribuição de cópia das atas das 32ª, 33ª e 34ª reuniões a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura. (Pausa.) Se ninguém pedir a dispensa, eu vou mandar ler as três.

O SR. DEPUTADO WERNER WANDERER - Eu peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, dispensada a leitura, eu coloco em discussão. Não tendo quem queira discuti-las, em votação. Os Deputados que concordarem permaneçam como se encontram. Aprovadas. Antes de iniciarmos a audiência de hoje, gostaria de submeter os seguintes assuntos aos Srs. Deputados, e Senhoras. O Presidente da ABRAFARMA, Sr. João Franco de Godoy Filho, enviou-nos carta justificando impossibilidade de comparecimento à audiência marcada para amanhã, tendo em vista problemas de saúde em membros da família, e propõe a vinda do Sr. Jorge Froes Aguiar, Vice-Presidente, pra vir falar em seu lugar. Acho que nós não devemos perder essa oportunidade. Vamos ouvir o Vice-Presidente. Se não for suficiente o depoimento, convocaremos noutra oportunidade. Como não há quem queira se opor, considero aprovado. A FEBRABAN encaminhou carta a esta CPI... *(Falha na gravação.)* ...modificássemos os parâmetros, os valores, bem como o prazo para o envio de dados referentes a quebra de sigilo bancário dos laboratórios multinacionais. Essa carta eu mandei distribuir cópia aos Srs. Deputados e eu já havia tomado a liberdade de reduzir de mil... de ampliar de mil para 5 mil, e eles agora estão pedindo 30 dias úteis de prorrogação. Eu tô achando esse prazo demais. Nós poderíamos reduzir esse dinheiro, ao invés... esse cheque, de 5 pra 10, talvez, ou 15 ou 20. Poderíamos, não sei, mas eu não quero tomar essa deliberação. Agora, não creio que se deva dar prazo maior de que uns 15 dias, sob pena de... Mais 15 dias úteis, nós temos 60 dias, a partir de hoje, de prorrogação, de dias corridos, esses dados chegariam para lá da metade do tempo ainda que dispomos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Muito embora, Sr. Presidente, ele mesmo está dizendo aqui que está recomendando às instituições bancárias para que seus associados procedam remessa semanal de documentos a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, mas o prazo... não impede o prazo. O prazo tá pedindo 120 dias... de 30 dias úteis.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - V.Exa. é bancário de profissão, como eu. Temos a honra de ter servido, eu, no meu caso, ainda servir à mesma casa, que é o Banco do Brasil, e nós sabemos, pelo menos pela nossa experiência, de que, com todo o respeito ao Diretor Executivo da FEBRABAN, o tempo que é pedido é demasiado. É demasiado porque, com os sistemas modernos de cópia e de coleta de informações, não há necessidade de 30 dias úteis para se coletar 120 mil cópias. Eu considero que nós devamos "elastizar" o prazo para 15 dias, conforme V.Exa. está propondo, e não mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - *(Falha na gravação. Inaudível.)* ... aos Srs. Deputados que ergamos o valor pra 10 mil.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Presidente, eu acho que o fator tempo deve estar relacionado à quantidade de documentos. Eu acredito que, se nós levantarmos esse valor pra 5 mil reais, eu acho que em princípio não alteraria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Cinco mil eu já havia, **ad referendum** e a seu pedido, feito.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - V.Exa. tá pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pra 10.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Pra 10 eu, particularmente, eu acho alto, mesmo porque já existem instruções do Banco Central para que todos os lançamentos de valor igual ou superior a 10 mil reais sejam notificados ao Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - De tal forma que o Banco Central poderia nos fornecer, então...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Aí nós não precisaríamos pedir aos bancos, nós poderíamos pedir direto ao Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Isso é problema deles.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É. Eu acredito que o valor de 5 mil reais permita que nós nos aprofundemos nessas investigações, e, caso necessário, nada impede que nós abaixemos mais esse valor, se necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, mas o problema é que ou nós baixamos agora ou não baixamos. Depois, não adianta baixar. Ou fazemos... Porque eles estão falando que tem que mandar 60 mil cópias se o valor for de 5 mil, e seriam 120 mil cópias se fosse de 1 mil. Quer dizer, ou nós decidimos baixar agora, pra 10, ou então permanecem os 5, e não adianta, depois de eles terem coletado... É isso que eu queria ponderar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Bom, a minha opinião é que o valor de 5 mil reais seria ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Cinco. Alguém deseja 10, ou todos... Cinco? Vamos permanecer 5? Cinco mil? Então, 5 mil e 15 dias de prazo. Foram recebidas as seguintes correspondências: da empresa AUDIFAR; Reydrogas; Genésio e Mendes Mercantil, FARMED; PROFARMA; Equipe; Panarello, onde esclarecem que não comercializam o medicamentos ditos "Bom para Otário" — acredite quem quiser —, bem como presta informações, dentre outras, sobre as cargas de medicamentos roubadas e contrabandeadas. Do laboratório Teuto, encaminhando relação de distribuidores citados na ata original da reunião de 27 ocorrida na Fundação Getúlio Vargas, bem como informando sobre discriminação que teria sofrido contra a distribuição de produtos após aquela reunião. Da AUDIFAR, ANB Farma e distribuidora Panarello, informando sobre negócios realizados com os laboratório Teuto e Neo Química nos períodos de 94 e 99, de janeiro de 99 a janeiro de 2000. Da Química e Farmacêutica Nikkho do Brasil, esclarecendo sobre razões que motivaram a empresa a realizar a campanha de valorização do receituário médico, onde constava a distribuição de selos elaborada em 98, citado na reunião desta Comissão pelo Dr. Jamil Haddad. Do Conselho Regional de Farmácia/DF, encaminhando documento de sua iniciativa contendo denúncias sobre irregularidades cometidas pela indústria farmacêutica e demais fatos pertinentes a medicamentos no Brasil. Do Ministro da Saúde, indicando os técnicos Ricardo Vidal de Abreu, Maurício da Silva Lopes e Alessandro

Pereira Lôrdello, para prestarem serviços junto a esta CPI. Do Deputado Bispo Wanderval, encaminhando o selo citado pelo Dr. Jamil Haddad em reunião de 23/2, para ser anexado ao depoimento deste. Ofício do Banco Central em resposta ao Ofício 116 desta CPI, informando que o departamento de câmbio daquela autarquia não dispõe de mecanismos para a verificação de ocorrências de subfaturamento ou superfaturamento nas importações. Carta da Presidência da ABIFARMA encaminhando esclarecimento divulgado pela empresa AstraZeneca com respeito a informações veiculadas pela imprensa. Ofício da Associação Nacional dos Fiscais de Abastecimento, manifestando repúdio às declarações do Presidente da ABRAFARMA quando utilizou a expressão "Bom para Otário". Conjunto de selos entregue pelo Dr. Jamil Haddad, dia 23, com os seguintes dizeres: "Importante: não troque essa receita." Carta-denúncia datada de 23/2, oferecida pelo Sr. Eribaldo Alves Garcia, sobre venda de remédios vencidos e a vencer, produtos modificados pelo laboratório e faturamento de remédios para hospitais para sonegação de impostos. Carta datada de 21/2, da empresa Procter e Gamble, informando da existência de débito junto ao Fisco e de não-inscrição da empresa no cadastro de inadimplência do Banco Central. Ofício da Câmara Municipal de Montes Claros, hipotecando apoio aos trabalhos desta Comissão. Correspondência datada de 3/3, do laboratório Biobrás, enviando as planilhas de custo dos medicamentos mais vendidos pela empresa. Planilha encaminhada pela distribuidora Genésio A. Mendes e Cia. Ltda., contendo relação de variações nos preços dos 25 medicamentos mais vendidos no período de setembro de 94 a dezembro de 99. Correspondência datada de 28/2, do laboratório Neo Química, informando quais distribuidoras que comercializam seus produtos e que não sofreu discriminação após a reunião de 27/7/99, na Fundação Getúlio Vargas. Correspondência datada de 10/3, do laboratório Bayer S/A, manifestando posição contrária às declarações do Presidente da ALANAC sobre a produção de medicamentos Adalat, Orios e Cipro HC. Carta do escritório de advocacia Franceschini e Miranda, esclarecendo que a Searle do Brasil é apenas uma divisão da Monsanto do Brasil, empresa que abrange outras áreas de atividade, na qual solicita que a quebra de sigilo bancário se restrinja àquela divisão farmacêutica. Vamos oficializar isso, que foi, aliás, deliberação desta Comissão. Esclareço que estou distribuindo cópia de todos esses documentos aos Srs. Deputados. Informo ainda que encontram-se à disposição para consulta de V.Exas. os seguintes documentos sigilosos recebidos por esta

CPI. Diversos ofícios enviados pelo Banco Central, repassando dados fornecidos pelo Banco Central, BNB, Sudameris Brasil, Boa Vista, Interatlântico, BRADESCO, Itaú, HSBC, Banco do Brasil. Esses são quebras de sigilo bancário. Ofício (*ininteligível*) Receita Federal, 309, encaminhando declarações de Imposto de Renda referentes a quebra de sigilo fiscal das pessoas e empresas relacionadas às diligências de Uberlândia. Ofício 343, da Receita Federal, respondendo sobre as disparidades de preço de importação de matérias-primas, entre outras. Ofício 347, encaminhando demonstrativo com o valor total de importações e as exportações agregadas por país de procedência e empresa importadora. Ofício 342, da Receita Federal, encaminhando as declarações de Imposto de Renda dos laboratórios multinacionais que tiveram o sigilo fiscal quebrado. Carta ao Senhor Nilson Ribeiro, encaminhando cópia dos termos da decisão de contrato de trabalho com a Janssen-Cilag, dos recibos da Caixa Econômica Federal referentes ao resgate de Fundo de Garantia e do extrato das ações recebidas por ele da Johnson & Johnson. Documento encaminhado pelo Sr. Rubens Okini(?), Diretor Comercial do Laboratório Janssen-Cilag, expondo sobre investimento e promoção de propaganda e descontos para distribuidores. Finalmente, comunico que em (*ininteligível*) distribuir ao Relator Ney Lopes indicação de autoria da Comissão de Agricultura e Política Rural propondo que esta CPI investigue prática abusiva de preços nas vacinas contra aftosa. Vou passar também ao senhor Relator correspondência que recebi do Sr. Francisco Luís Prando Galli, Diretor-Presidente da Sociedade Rural do Paraná; do Dr. Flávio, aliás, perdão, Dr. Arnaldo Coelho do Amaral, também diretor daquela sociedade, Diretor-Secretário, do advogado Flávio Brito, que acompanhou aquelas instituições, e do Dr. Shigeiuk Ishi(?), Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente. Todos eles pedem que a CPI investigue o preço das vacinas contra a aftosa, brucelose e outras e também os vermífugos, que constituem cerca de 90% dos produtos farmacêuticos ou fármacos usados pela produção primária do Brasil. Portanto quero passar ao Sr. Relator, para a idéia de sugerir alguma coisa desta matéria. Quero ponderar à Deputada Vanessa Grazziotin que deixei de encaminhar ao Sr. Secretário da Receita expediente pedindo informações dos cinco últimos balanços da empresa Panarello porque esse expediente estava isolado, e que eu inadvertidamente propus em aprovação dia primeiro. Tem um outro expediente da mesma Sra. Deputada Vanessa Grazziotin, em que pede a quebra do sigilo bancário e fiscal da empresa Panarello. Pois é. Nós aprovamos apenas o

requerimento, não aprovamos a quebra, de forma que teremos que submeter oportunamente. Conto com a concordância de V.Exa. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, para uma informação, Sr. Presidente, sobre a diligência no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado pela rapidez.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Diligência que eu, o Deputado Werner Wanderer, Deputado Vicente Caropreso, Márcio Matos, Deputado Robson Tuma e Max Rosenmann, na sexta-feira... na quinta-feira antes do Carnaval, estivemos em Curitiba, e o Relator designado por esta Comissão desta diligência ficou sendo o Deputado Vicente Caropreso, que já está com as notas taquigráficas. E, na seqüência, gostaria que o senhor colocasse um espaço para que o Relator desta diligência pudesse trazer os subsídios da nossa diligência lá em Curitiba. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., Deputado Iris Simões. E nós vamos fazer o seguinte: com a concordância dos Deputados da Comissão, nós faríamos isso ou **a posteriori** a esse depoimento ou amanhã.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Amanhã, Deputado Caropreso? Então, com a concordância do Relator, amanhã nós nos encontraremos. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de propor uma matéria que eu acho que será absolutamente consensual, que é essa proposta que aliás esta relatoria já tinha feito, conforme anunciado por V.Exa., e agora vem ratificada por vários sindicatos rurais, federações rurais do Brasil, de várias regiões, que é uma extensão dos nossos trabalhos a uma investigação na área de vacinas, sobretudo contra febre a aftosa, vermífugos etc. E, como me parece consensual, e que naturalmente V.Exa., como Presidente, terá que fazer uma certa pesquisa para identificar, em termos de curto prazo, as pessoas que viriam aqui depor, prestar informações e aprofundar a investigação, eu proponho que V.Exa., quase que simbolicamente, certamente, ponha em votação esse requerimento que eu tinha apresentado anteriormente, para que se decida

definitivamente essa matéria e iniciemos a investigação também na área de medicamentos veterinários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Creio que a proposição do nobre Relator não tem contestação. Coloco em votação. Ninguém se manifesta contra? Está aprovada, e eu tomarei as providências de requerer, examinar e sobretudo pedir que nos indique os principais produtos, que é uma gama pequena, sem dúvida nenhuma, de produtos ou laboratórios. Obrigado a todos. Desde logo eu tenho a honra de conceder a palavra ao ilustre senhor convidado desta reunião, o nosso Ministro Alcides Tápias, que tem desde logo os vinte minutos, e, se necessitar mais, sem dúvida nenhuma haverá de tê-los. Com muita alegria recebemos aqui o Sr. Ministro e colocamos a palavra à disposição de V.Exa.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Boa-tarde, senhores, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados. É com satisfação que participo desta importante audiência pública promovida pela CPI dos Medicamentos desta Casa para falar da política industrial para o setor farmacêutico, em especial a política de financiamentos. A indústria farmacêutica brasileira inclui um pequeno grupo de empresas multinacionais que respondem pela maior parcela da renda gerada no segmento. Esse elevado nível de concentração na produção é de fato indicador da estrutura oligopolista no setor. Do total de laboratórios no Brasil, cerca de 30% são de capital estrangeiro. O restante é de capital nacional. O faturamento, no entanto, tem apresentado relação inversa. Os estrangeiros detêm aproximadamente 80%, enquanto que os laboratórios nacionais possuem cerca de 20%. De acordo com os dados mais recentes, de 1998, os quinze laboratórios líderes — apenas um destaca-se de origem nacional — concentram mais de 60% do faturamento da indústria farmacêutica. Além disso, características como alta diferenciação de produtos e volumosas despesas com propaganda e **marketing** estão também presentes, seguindo, aliás, um padrão internacional. Apesar de produzir volume considerável de medicamentos — o Brasil foi o quinto mercado mundial em 98, com faturamento superior a 10 bilhões de dólares —, o setor é grande importador tanto de insumos, que são os princípios ativos, quanto de produtos finais, os próprios medicamentos. Tal dependência, própria dos países em desenvolvimento, vem produzindo déficits comerciais crescentes para o Brasil nos últimos anos. Apenas para dar uma idéia aos senhores, o déficit comercial dessa indústria,

compreendendo medicamentos e fármacos, alcançou aproximadamente 1 bilhão e 800 milhões de dólares no ano passado. Ele é cerca de 50% superior ao próprio déficit comercial brasileiro global de 1999. Esse quadro deficitário teve início a partir da abertura comercial realizada a partir de 1990, a qual permitiu às empresas maior liberdade de decisão entre produzir no mercado interno ou importar os produtos na forma acabada, tendo em vista aumentar a eficiência produtiva nacional. O elevado volume de importação brasileira de medicamentos sugere que os laboratórios farmacêuticos aqui instalados transferiram do Brasil para outros países as etapas finais dos seus processos de produção. Particularmente, com o advento da Lei dos Genéricos, surgiu uma grande oportunidade de se investir e gerar empregos internamente no setor. O objetivo que devemos perseguir com afinco é o de viabilizar o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva aqui no Brasil, desde a produção de farmoquímicos até a etapa de comercialização dos medicamentos. Para alcançar tal objetivo, precisamos priorizar a pesquisa e o desenvolvimento de novos fármacos, etapa mais cara do ciclo produtivo e que demanda maior capacidade tecnológica. Nesse ponto em especial, buscaremos superar as limitações tecnológicas que nos separam dos principais países produtores por meio do estímulo aos institutos, centros de pesquisa e universidades. Trabalharemos no sentido de promover a melhoria tecnológica e das instalações, gerando inclusive empregos de maior qualificação. Um dos primeiros passos será incentivar a realização da etapa de formulação dos medicamentos. Esta exige, em geral, pequeno investimento e capacidade tecnológica não tão elevada, para a qual o Brasil já se encontra habilitado. Outro ponto igualmente relevante na adoção de uma política industrial para o setor farmacêutico é a formação de parcerias entre os fabricantes nacionais de medicamentos e os produtores dos princípios ativos usados em tais formulações. Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste processo de retomada do desenvolvimento da indústria farmacêutica, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES — desempenhará papel fundamental no novo impulso a ser dado ao setor. Cabe ao BNDES dar total apoio à produção interna do setor farmacêutico no que se refere à disponibilização de recursos financeiros para implantação, expansão ou modernização de unidades produtivas. A atuação do BNDES passa ainda pelo estímulo à reestruturação de empresas, visando à melhoria da gestão empresarial nos aspectos financeiro, tecnológico e comercial, logística e distribuição. Além disso, incentivará a criação de

novos centros de pesquisa e o desenvolvimento dos atuais. Com essas e outras medidas, estaremos atuando no sentido de consolidar uma moderna, segura e eficiente infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento no setor, aproveitando potenciais específicos das instituições nacionais, nas áreas onde apresentam nítidas vantagens comparativas. Outro assunto importante relacionado aos setor e sobre o qual desejo fazer alguns comentários é a questão de patentes. O que pretendemos é estimular o investimento produtivo no País, com a utilização das inovações patenteadas nessa área de elevada tecnologia, respeitando-se os acordos internacionais e a legislação nacional, em particular no que tange à licença compulsória. O dispositivo de que trata do assunto já se encontra regulamentado por meio do Decreto nº 3.201, de outubro do ano passado. Quanto às demais possibilidades, a própria Lei de Propriedade Industrial, Lei 9.279, de 96, já oferece os elementos para o licenciamento compulsório pela não exploração, pelo exercício abusivo de direitos ou pelo abuso do poder econômico. Esta legislação pode fornecer valiosa contribuição para a política industrial delineada para o setor. Ademais, também poderá desempenhar relevante papel na estratégia de fabricação de genéricos, como forma de combater o abuso de preços, embora não sejam determinantes para isso. Como o próprio Ministro José Serra afirmou em seu depoimento nesta CPI, o mercado brasileiro é predominantemente composto por fórmulas de medicamentos cujas patentes já expiraram. Portanto, qualquer laboratório nacional, seja oficial ou privado, pode fabricar esses medicamentos sem pagar direitos aos detentores das fórmulas. Desejo enfatizar, por fim, a importância da atuação do INPI no fornecimento a laboratórios de patentes de medicamentos que estejam em domínio público. Esse trabalho vem sendo feito com grande sucesso pela Fiocruz em relação a remédios de combate à AIDS e poderá ser estendido às demais instituições e empresas interessadas em produzir medicamentos genéricos. Sras. e Srs. Parlamentares, a conjuntura atual é favorável ao País. A firme atuação do Governo na superação dos problemas econômicos enfrentados empresta ao Brasil uma credibilidade que favorece a retomada dos investimentos no setor. O câmbio, as taxas de juro decrescentes e a contenção das expectativas inflacionárias favorecem a retomada da produção em unidades paralisadas ou com capacidades ociosas, assim como servem como estímulo ao surgimento de novas unidades produtivas. Tudo isto cria um ambiente propício à substancial melhoria do desempenho do setor, melhorando sua competitividade e

gerando novas oportunidades de geração de emprego e renda. Por outro lado, devemos criar e manter uma vocação direcionada ao comércio exterior. Para tanto, é fundamental também a atuação do Ministério do Desenvolvimento, da CAMEX e da APEX na promoção de parcerias transparentes, concretas e duradouras entre os setores privado e público nessas áreas, com concurso de programas setoriais integrados de apoio à exportação. Essas parcerias terão como objetivos principais a melhoria da competitividade no plano interno, por meio da montagem de uma infra-estrutura tecnológica mínima e da identificação de novas oportunidades no mercado externo, tendo em vista aumentar a pauta exportadora brasileira e contribuir para a reversão de nossa balança comercial neste segmento. Julgo de grande importância a adequada exploração do enorme potencial de exportação de farmoquímicos e medicamentos. A meta é elevar dos atuais 400 milhões de dólares para valores superiores a 1 bilhão de dólares ao ano, transformando o País em um pólo exportador de medicamentos. Devemos também procurar ampliar as exportações para os nossos principais parceiros, em especial o MERCOSUL. Adicionalmente, continuaremos com o firme propósito de solucionar outros problemas, como a questão tributária e a infra-estrutura logística, que representam entraves ao crescimento das exportações e da competitividade dos nossos produtos, não só os oriundos destes como dos demais setores industriais. Para finalizar, Sr. Presidente, ressalto que o nosso Ministério está trabalhando em conjunto com outros órgãos do Governo — Ministérios da Saúde, da Ciência e Tecnologia, da Agricultura, da Fazenda, entre outros — e com o setor privado, na busca de soluções para os problemas de acesso a medicamentos por parte de substancial parcela da população brasileira. Agradeço mais uma vez a oportunidade que me foi dada para expor a visão do Ministério do Desenvolvimento nesta importante questão e coloco-me à disposição dos Srs. Parlamentares para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Sr. Ministro, pela exposição. Eu gostaria... Não sei se V.Exa. vai deixar a exposição...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem algum anexo, ou não?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou pedir pra tirar cópia e distribuir pros Srs. Deputados. Desde logo, passamos, agradecendo a contribuição que V.Exa. traz, Sr. Ministro, passamos desde logo à interlocução dos nobres Srs. Deputados, e como sempre começando pelo nosso nobre Relator, Deputado Ney Lopes, a quem eu concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Obrigado, Sr. Presidente. Sras, e Srs. Deputados, eu quero me congratular com o eminente Ministro Alcides Tápias pela sua objetiva exposição feita nesta CPI e agradecer também a S.Exa. a presteza, eu diria mesmo o recorde que hoje pertence ao Ministério de V.Exa. no atendimento à diligência solicitada por esta CPI. Nós pedimos, e num rápido espaço de tempo nos vieram muitas informações, que, evidentemente, pelo volume, ainda estão sendo estudadas e analisadas, mas demonstra que realmente o Ministério atendeu com muita presteza, o que é motivo de agradecimento público a V.Exa.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É nossa obrigação, Deputado.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Ministro, um dos questionamentos que mais dominam as preocupações nesta CPI é o problema da importação de insumos. V.Exa., quando nos transmitiu as informações a que eu me referi há pouco, permitiu, em princípio, que alguma comparação pudesse ser feita, e elas foram feitas, e demonstrada a brutal diferença, a chocante diferença de preços entre insumos com a mesma denominação. Alguns, o insumo "y", digamos, sendo importado o quilo por 100 dólares, e esse mesmo insumo sendo importado por 1.000 dólares, por 2.000 dólares, por 3.000 dólares. Nós já tivemos aqui um mergulho na questão fiscal, que envolve o tema do preço de transferência e uma série de detalhes ligados a essa temática que nós estamos, evidentemente, conhecendo sob o ponto de vista legal, porém uma dúvida ainda nos aflige, Sr. Ministro. V.Exa. poderia aqui esclarecer se está sendo feita alguma coisa, ou se está sendo planejado ser feito, que seria, embora a legislação assegure, por ser um critério internacional, o preço de transferência, que permite que a filial compre à matriz, que permite que o preço seja arbitrado na operação, para inclusive incidência na fonte da tributação, mas mesmo assim essas diferenças brutais de importações nos afligem, porque, afinal de contas, são custos repassados para o consumidor, e alguém que teve um insumo por um preço quinze vezes maior importado vai repassar esse custo. E é preciso também saber o outro lado da moeda: se quem comprou por menos repassou a diferença também para o

consumidor, porque teria que ser proporcionalmente à percentagem que o insumo represente na fabricação do produto. Eu indago: o Ministério de V.Exa. tem alguma articulação direta, sobretudo através do SISCOMEX, que é o órgão que concede o licenciamento das importações, e hoje esse SISCOMEX é uma denominação em decorrência da modernização que foi feita no Ministério de V.Exa... Há uma coordenação desse órgão com a Secretaria da Receita Federal, no sentido de aperfeiçoar a aferição da autenticidade desses preços e de alertá-la, sobretudo, para a existência de alguma anormalidade que pudesse... essa anormalidade pudesse transcender aos próprios critérios legais do preço de transferência?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Bem, Deputado Ney Lopes, ilustre Relator da Comissão, no tocante à importação dos insumos, à verificação de preço, é preciso esclarecer que a autorização para a importação dos insumos é dada pelo Ministério da Saúde, que, através de seus técnicos competentes, liberam o sistema SISCOMEX para a aprovação e o registro. Mas não há nenhuma verificação, nenhuma possibilidade de verificação quanto à justeza do preço em relação ao produto que está sendo importado. No passado, já existia um sistema e um mecanismo que estabelecia alguma comparação a propósito desses números, mas que, por força de acordos internacionais da Organização Mundial do Comércio, eles foram abandonados. Então, nós não temos possibilidade de entrada no mérito em relação ao preço estabelecido. Há uma coordenação com a Receita, mas apenas para a formalização das autorizações de importação. Não há entrada no mérito em relação ao valor do produto que está sendo importado.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Ministro, pelo que eu entendi, eu poderia... estaria certa a minha conclusão de que, em razão sobretudo dos critérios da OMS e dos acordos internacionais, seria impossível ou ineficaz qualquer tentativa de legislação que pudesse estabelecer um trabalho, não digo de controle nem de tabelamento, porque pelo menos longe dessa relatoria admitir esses instrumentos como forma de baixar preços, isso não — na minha cabeça, pelo menos, não passa isso —, mas de monitoramento, como é a experiência internacional. Esse monitoramento que envolvesse sobretudo preço e qualidade desses insumos estaria... V.Exa. considera impossível de ser feito, de ser imaginado uma coordenação entre a Receita, o Ministério da Indústria e Comércio e o Ministério da Saúde por força de impedimentos internacionais ou não? É possível se imaginar alguma coisa que monitorasse ou pelo menos desse informações para

serem acompanhadas pelo Governo e pelos órgãos competentes sobre qualidades de insumos, sobre exorbitância... diferenças exorbitantes de preço, origens desses insumos? Isso seria possível fazer ou há, na opinião de V.Exa, repito, um impedimento internacional, digamos?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não, é que o impedimento que existe é que no passado o estabelecimento de, vamos chamar, uma espécie de pauta ou um preço de referência era a razão para haver ou incentivo ou desincentivo à importação ou exportação de determinados produtos. Isso funcionava como uma barreira alfandegária. Então, por esta razão é que a Organização Mundial do Comércio estabeleceu que esses... toda a importação destes produtos não deveria sofrer a comparação com preços dessa natureza ou uma pauta, ou uma referência, ou coisa deste tipo. Agora, eu acho que este é um assunto absolutamente irrelevante para o País e aí é um desafio à criatividade que nós podemos desenvolver em relação ao Ministério da Saúde, ao Ministério da Fazenda, através da Receita Federal, ao nosso próprio Ministério, se encontrar uma solução através de um controle de qualidade, através da própria composição química de todos esses produtos, de modo que se tenha estatisticamente a comparação de várias importações, dado que esses sais ou esses elementos são razoavelmente bem conhecidos no mercado, de forma que se possa comparar processos de importação de uma empresa com o processo de importação de outra empresa. De modo que se possa distinguir se realmente aquele produto é, do ponto de vista qualitativo, composto com os mesmos elementos químicos que os outros estão sendo importados. De modo que o preço também possa ser comparado. Talvez... Eu digo isso imaginando que talvez se pudesse impedir, quando se percebesse um abuso, se pudesse impedir a licença de importação.

(Não identificado) - Claro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Mas eu confesso pro senhor que eu não conheço essa legislação a fundo pra saber se isto poderia acontecer. Eu acho que aquilo que escapa ao razoável, aos olhos de qualquer pessoa de bom senso seria admitido que haveria, no mínimo, a necessidade de um esclarecimento mais aprofundado e a comprovação que justificasse um preço abusivo, seja na importação, seja na exportação de um produto químico que pudesse ser base para a produção de outros remédios aqui no País. Eu acho que este é um assunto que a CPI coloca e eu acho que com absoluta qualificação. E é um elemento que nós

precisamos dispor tanto no Ministério da Saúde como na Receita Federal, na Fazenda e no Ministério do Desenvolvimento base legal pra que a gente possa atuar e poder fazer o discernimento se os preços que estão sendo praticados são justos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu fico muito contente com a resposta de V.Exa. e aproveito para solicitar uma ajuda, uma colaboração de assessores, de funcionários do Ministério, nesse modelo que muitos Deputados aqui, inclusive esse Relator, estão imaginando, que seria uma ação institucionalizada, ou seja, legalizada, normatizada, entre o Ministério da Saúde, que concede a licença da importação do insumo. Não, não concede. Aprova. Quem concede é o Ministério, na verdade, da Indústria e Comércio e a Receita, que naturalmente tem interesse de ver a repercussão fiscal desses valores monetários em movimentação. Para que se fizesse, e é justamente o que pelo menos eu sempre imaginei, nas especulações em torno do assunto, um monitoramento para ver essa expressão que V.Exa. usou muito bem: o que escapar ao razoável. Não é o controle. Você não pode chegar evidentemente numa economia e imaginar que pode impor preços, só importa de tal lugar, só vem isso. Seria uma coisa se o Brasil fosse uma ilha no mundo. Mas também não pode haver o que a gente tá constatando que existe hoje, que é o **laissez-faire** total, em que, na verdade, a decisão de onde compra o insumo, por quanto compra, de quem compra é meramente privado, digamos assim, sem nenhuma explicação e sem que se sujeite a nenhuma forma de monitoramento para que a sociedade possa ser informada pelos canais competentes, e possa, inclusive, o governo impor sanções de multas, como os grandes países fazem, quando se escapar ao razoável, como V.Exa. disse. Então, eu explorarei um pouco V.Exa. pedindo essa assessoria, porque é um tema que nós vamos estudar com muita profundidade, essa forma de monitoramento. Ver as implicações internacionais, mas ver também, sobretudo, o interesse nacional. Se de um lado a OMS pode se insurgir contra critérios que venham controlar importações, não tem nada a ver com decisões de monitoramento que sejam só de política interna do País. Quer dizer, há formas de se contornar essas situações, sem gerar problemas econômicos, porque nós naturalmente não estamos aqui para criar mais problemas econômicos do que o Brasil já tem. Temos que tentar ajustá-lo dentro do interesse nacional. Agora, por falar em problemas internacionais, a gente tá vendo muitas fusões em vários setores, inclusive nessa área específica de medicamentos — fusões, concentrações

de laboratórios etc. V.Exa. poderia nos dar pelo menos uma visão geral desse quadro de fusões, especialmente dando a sua opinião sobre as conseqüências dessas fusões e incorporações, sobretudo no preço de medicamento no Brasil? Isso vai concentrar ainda mais a estrutura, ou vai dar mais força à estrutura oligopolizada que V.Exa. se referiu no início do seu depoimento? Será que isto é uma verdade? E sendo verdade, o que fazer diante disso?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Eu queria em primeiro lugar lhe dizer que ajuda pra desenvolver um trabalho como o senhor se referiu pra uma ação institucionalizada pra esse controle, nós imediatamente colocamos à disposição dos Srs. Deputados, a quem o Sr. Presidente e o Sr. Relator designar, todo o nosso pessoal técnico, pra em conjunto, sentarmos e podermos conversarmos sobre isso de forma a encontrar uma solução que possa ser convertida numa regra legal. Em relação à oligopolização que o senhor se referiu, à globalização, às grandes fusões, o que eu poderia lhe dizer é que especificamente nesse setor já existe um grau de concentração muito grande. O senhor viu que nós temos aqui no País pouquíssimas empresas que participam desse setor, e 80% do faturamento delas correspondem às grandes empresas multinacionais. Na medida em que essas empresas vão promovendo um processo de concentração, os meios de controle que a sociedade precisa ter, agência de saúde, por exemplo, o controle normativo sobre o funcionamento desses oligopólios, precisa ser maior. Quer dizer, não que eu pessoalmente seja contrário a isso, porque o ganho de escala deveria se refletir naturalmente numa redução do preço dos produtos aos consumidores, permitindo que esses produtos pudessem ser consumidos por um número maior de pessoas. O risco que se tem é, por um lado o preço dos produtos não poder ser receptor desse benefício da concentração e com isso reduzir o preço dos produtos pro consumidor, e, pelo lado dos fornecedores, também eles ficam numa posição de fornecedor de matérias-primas, ficam na posição de poucos compradores, o que enseja uma pressão tanto no sentido na hora da venda, quanto no sentido da hora da compra, um sentido de pressão muito forte, de poder econômico. Eu acho que, dentro desse grupo que o senhor sugeriu, nós deveríamos também estudar meios e medidas pra que tivéssemos possibilidade de comparação com os mesmos produtos comercializados internacionalmente, porque aqui o que se faria seria uma comparação. Dado que o processo de fabricação é parecido, o produto, elemento químico, é absolutamente igual àquilo que se faz no mundo, que se tivesse também

possibilidade do acompanhamento, dentro do Brasil, pra um nível de preços ao consumidor que fosse razoavelmente o nível de preço praticado nos países mais desenvolvidos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sem dúvida que seria uma informação muito útil para um permanente juízo crítico desse setor. Sr. Ministro, eu ouvi também com muito otimismo a afirmação de V.Exa. sobre as perspectivas futuras do BNDES. Eu posso concluir que o BNDES vai, a curtíssimo prazo, estabelecer uma linha especial de estímulo e de financiamento ao setor fármaco, de produção de fármaco e também de produtos finais, até estimulando fusões nesse setor, a exemplo do que já faz com calçados, com têxteis etc.? Vai ter um tratamento prioritário a indústria de fármacos no Brasil, para dar sustentabilidade ao Programa Nacional de Genéricos, considerando que, hoje, temos uma dependência de mais de 80% de importação de insumo?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Olha, Sr. Relator, Deputado Ney Lopes, quando eu procurei me preparar pra vir aqui a esta reunião, a esta Comissão, eu procurei indagar do BNDES qual era o volume de empréstimos e financiamentos dedicados à indústria de... farmacêutica. Pra minha surpresa, é quase nulo, é praticamente zero o volume de financiamento, e há uma explicação pra isso. Como a maioria são grupos multinacionais, eles independem de crédito interno. Eles se socorrem de recursos próprios, vindos das suas matrizes, e não precisam fazer seus investimentos aqui com a ajuda de um banco como o BNDES. Evidentemente, a partir do momento em que se aprovou a Lei dos Genéricos, eu acho que a possibilidade do desenvolvimento de uma indústria farmacêutica aqui, localizada... Porque, como eu disse no meu discurso, a partir do momento da globalização, boa parte da produção, que era feita aqui por razões de economia de escala talvez, foi transferida para o exterior e o problema cambial também, a partir do ano passado resolvido, permite que, hoje, volte a existir uma produção local. Na medida em que, para exploração e fabricação dos produtos genéricos, como já está aprovada na legislação em vigor, houver necessidade do amparo ou do exame de projetos e do financiamento em condições de prazo, em condições de taxas de juros adequadas, e que isso possa refletir na produção de maior produto brasileiro e que possa ser colocado, no mercado consumidor, a preço efetivamente competitivo, é evidente que o BNDES estará entusiasticamente disponível para apoiar projetos dessa natureza. Eu deixo aqui registrado, para o Ministro da Saúde, o Ministro José

Serra, o oferecimento de que nós podemos desenvolver, em conjunto com os interesses do Ministério da Saúde, aquilo que ele tiver planejado em relação a genéricos, todo o apoio e toda a necessidade de apoio financeiro, tanto logístico quanto do ponto de vista de gestão, que o BNDES estará disponível para apoiar todos os projetos que forem apresentados. O nosso objetivo é o do desenvolvimento dessa indústria brasileira, se possível, mas fazendo retornar, aqui para o País, a base de produção desses produtos. E se eles puderem, do ponto de vista de produtos genéricos, beneficiar a população com preço mais barato, sem dúvida nenhuma atingiremos o nosso objetivo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É realmente uma notícia excelente que V.Exa. traz, dessa integração anunciada do seu Ministério com o Ministério da Saúde, para somar forças no campo restritamente também financeiro, com uma linha especial, com a boa vontade declarada do BNDES, no sentido de fortalecimento desse setor farmacêutico, tanto do produto final quanto da produção de fato. Porque eu entendo, Sr. Ministro, que se isso não for feito, a política de genéricos estará violentamente comprometida, porque se há uma dependência de importação superior a 80%, cedo ou tarde as grandes empresas estrangeiras vão dizer: "Não, nós vamos produzir aqui também os nossos genéricos", como já fabricam lá. Então, naturalmente a dependência dos fármacos ficará a mesma, se o País não tiver um mínimo de preocupação de reduzir... fabricar aqui e reduzir essa dependência. Eu acho muito importante essa decisão anunciada por V.Exa. nesse instante. Por fim, eu indagaria a V.Exa... Primeiro, fico muito recompensado, porque eu tenho falado muito aqui, por ser um defensor das patentes, declaradamente, e até responsável, em parte, por elas... Às vezes, a gente é um pouco judiado, porque a patente é um instrumento de dominação do mercado. E eu já disse, desde o início desta CPI, o que V.Exa., aqui, com a autoridade que tem, repetiu: na Lei de Patentes já existe o instrumento de cassar, vamos dizer assim, a licença compulsória, que é o termo técnico, mas de uma maneira mais clara, de cassar a patente daqueles que abusarem de preços. Só falta ter uma legislação eficaz no País que crie as condições de tipificação desse abuso de preço. Mas a lei já prevê — ela é igual às leis de patentes de outros países do mundo —, já prevê, se houve abuso pode perder a patente e, conseqüentemente, ser dada a licença compulsória àquele que se apresentar para produzir. V.Exa. ratificou aquilo que eu tenho insistido aqui como um ponto fundamental de esclarecimento. Mas, sobre patente,

eu queria, por fim, só indagar o seguinte: há uma interpretação decorrente do acordo tríplice, de que, e com uma certa pressão internacional, principalmente da OMS, de que aqueles pedidos de patente, no caso mais específico de produtos farmacêuticos, encaminhados ao INPI, de 1º de janeiro de 1995 até, no caso, o momento presente, eles não estariam indeferidos automaticamente, porque existiria uma proteção patentária, em razão de cláusulas interpretadas do texto do acordo tríplice. Eu acho, realmente... E a propósito o Governo até editou uma medida provisória que vem sendo renovada em que, ao invés de definir que esses pedidos deveriam ser arquivados, que é o que eu acho, porque se alguém requereu, em 1995, ou 96, um patenteamento de um produto farmacêutico, e a lei brasileira não concedia esse direito, só concedia àquela época a processos, e não a produtos, não há como retroagir a lei agora, quando na época ela não previa essa... Aqui não é o caso de retroagir a lei benéfica. Seria um privilégio dar um novo **pipeline**, não mais de um ano, mas de cinco anos, ou de seis anos, o que também trará uma consequência inevitável para a política de genéricos, porque se esses pedidos, e ao que estou informado, mais de mil, que estão ainda pendentes e, de certa forma, protegidos pela medida provisória recentemente editada, porque se ela não concede também não arquiva, muitos... esses medicamentos cuja patente está sendo solicitada, eles já são genéricos no exterior e no Brasil passariam a ser patenteados, o que quer dizer, a política de genéricos ia ficar apenas para medicamentos absolutamente superados. V.Exa. não acha que esse caso específico da medida provisória deveria haver uma ação do Governo, até na reedição da medida, para liquidar esse assunto e definir que direito a patente em produtos farmacêuticos, no Brasil, só têm aqueles que forem protegidos, a partir a vigência da nova lei, que foi em 97, e deixar de lado essa espada de Dâmocles que, por força internacional, quer garantir patente a quem deu entrada aqui a um pedido em 95? Ora, se isso continua quem é que vai investir no setor, se amanhã pode ter a sua fábrica interditada porque foi deferida a patente de alguém que pediu, quando no Brasil não se concedia. V.Exa. não acha que isso desestimula a economia, desestimula a política de genéricos e que o Governo deveria marchar urgentemente na reedição da Medida Provisória para liquidar esse assunto e dizer: "Não, no Brasil só é patenteado aquele produto que tenha sido protegido pela lei quando ela foi aprovada em 97?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Sr. Ministro para responder.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sr. Presidente, posso pedir a ajuda de um auxiliar técnico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pode pedir a quem você desejar. Nós queremos é esclarecimentos. Agora, vou pedir pro Relator que com essa pergunta... Encerrou, né?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Encerrei. Já falei demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não falou demais, não. O Regimento é que me obriga a fazer isso.

A SRA. JANE PINHO - Obrigada. Com a ratificação do acordo sobre tríplice, em 1995, mesmo ainda não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Por gentileza, a senhora quer declinar seu nome pra...

A SRA. JANE PINHO - Desculpa, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O problema é que as notas taquigráficas... Senão vai ser um anônimo falando. E eu não quero.

A SRA. JANE PINHO - Pois não. É Jane Pinho, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dra. Jane. Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. JANE PINHO - Obrigada. Com ratificação do acordo sob tríplice, em 1995, pelo Brasil, né, mesmo ainda não conferindo proteção patentária aos setores farmacêutico e agroquímico, assumimos o compromisso previsto no art. 70.8 do acordo de aceitar depósitos relativos a tais produtos, os quais deveriam ser analisados a partir da entrada em vigor de uma lei que estabelecesse proteção patentária no País. Os referidos depósitos são conhecidos como meio-box(?) e têm um tratamento diferenciado dos demais pedidos de patente. Aplicam-se a eles os critérios de patenteabilidade estabelecidos no acordo tríplice como se tais critérios estivessem sendo aplicados na data do depósito dos pedidos. Ou seja, o fato de qualquer invenção ser patenteável, se tiver novidade, face inventiva e aplicação industrial, esses critérios seriam avaliados à época do depósito e não da análise. O prazo de proteção também é diferenciado, só contando a partir da concessão da patente pelo resto da duração da concessão, não sendo prevista qualquer extensão

de prazo, ao contrário do que a LPI faculta para outros pedidos de patentes. Isso quer dizer o seguinte: quando há um depósito da patente, há uma expectativa do direito. Nesse caso não, ela fica depositada e fica lá parada, aguardando a análise. E quando ela vai ser analisada, ela é analisada à luz dos critérios de patenteabilidade à época do depósito, né? Não sendo o acordo tríplice auto-aplicável no caso brasileiro, tais pedidos permaneceram depositados no INPI, aguardando a aprovação de dispositivo legal que viabilizasse sua implementação. Com a edição da medida provisória existe uma interpretação de que a análise de tais pedidos deve agora ser realizada. Em resumo, em relação aos pedidos de patente farmacêutica, a medida provisória indeferiu todos aqueles de produto e de processo depositados anteriormente a 1º de janeiro de 95, que foi a data em que o tríplice não estava em vigor no País, né, indeferiu todos os pedidos de processo depositados entre 1º de janeiro de 95 e 14 de maio de 97, e ele permitirá a análise dos pedidos de produtos...

(Não identificado) - Só produtos.

A SRA. JANE PINHO - ... entre 1º de janeiro de 95 e 14 de maio de 97, à luz da regras previstas em tríplice, para esses pedidos. Quer dizer, então eles foram... tinham sido depositados, foram na... a partir de 95 o INPI aceitou esses pedidos, não podia analisá-los por falta de auto... o tríplice não é auto-aplicável, ele só gera obrigação de cumprimento de parâmetros mínimos e a partir da medida provisória, então, ela estabelece o mecanismo que já é previsto e está no elenco das obrigações, né, do País com o acordo internacional. Espero que tenha respondido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Olhe, a explicação dada por V.Sa. é altamente competente e, eu diria, corrobora toda a dúvida e apreensão que eu estou tendo. Eu não entendo como é que acontecendo isso que V.Sa. está dizendo tem uma medida provisória transferindo, mantendo essa espada de Dâmocles para apreciar pedidos feitos depois de 1º de janeiro de 95, quando V.Sa. mesmo, em nome do Ministério, acaba de dizer que nessa época não eram patenteáveis esses produtos. Então, tem que indeferir, como a mesma medida provisória indeferiu aqueles que não eram patenteados antes de... até 31 de dezembro de 94. A medida provisória não diz que são arquivados os pedidos até 31 de dezembro de 94, ou seja, antes do tríplice? E os depois, eles teriam que ter, por regra legal, salvo melhor juízo, um tratamento idêntico e peremptório de arquivamento, porque a

nossa lei veio em maio de 97. Então, tudo o que tiver entre maio de 97, entre 1º de janeiro de 95 e maio de 97, a lei não protege matéria de produto farmacêutico, a não ser processo, mas produto não protege. E, no entanto, a medida provisória me parece altamente confusa, porque tá jogando com a barriga. Tá admitindo apreciar o que vai ser negado até 2005 — 2004 ou 2005. Então, o investidor nacional, ou até que não seja nacional, que queira instalar uma indústria aqui de genérico, por exemplo, de um determinado produto cujo pedido foi depositado, digamos, em março de 1996, no INPI, ele não vai fazer nenhum investimento, porque amanhã pode vir de novo uma nova medida provisória que diga: "Não, vamos interpretar o tríplice e assegurar essa patente". Aí, ele tá interditado de poder fazer a sua produção. Isso não houve nem na Lei de Patentes, porque na Lei de Patentes houve um ano só. A lei retroagiu no **pipeline**, mas condicionada a quê? A que o produto não tivesse no mercado, que não existisse ninguém no Brasil que tivesse iniciado a produção, etc. Então, eu reafirmo, Sr. Ministro, o seguinte: a explicação dada pela competente assessora corrobora o que eu estou pensando, e eu deixo ainda a dúvida e a pergunta. Por que, então, não reformular, o próprio Governo reformular imediatamente essa medida provisória, dizendo o seguinte: "Todos os pedidos que foram dado entrada até 14 de maio de 1997, que é justamente quando a Lei de Patentes entrou em vigor, eles estão naturalmente arquivados, automaticamente arquivados". Porque a lei da época não dá o apoio. É se guardar um tumor. Analisar o que se não tem apoio? Por que dizer que vai analisar um pedido antes da nossa Lei de Patentes se não tinha apoio? Eu acho que essa medida provisória tá criando um clima de apreensão e de muito nervosismo no mercado, e compromete muito a política de genérico. Por isso que eu fiz essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não sei se o Sr. Ministro deseja ou o Sr. Relator.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É, o que eu posso lhe dizer é que essa é a interpretação que todos nós temos, de que não é, talvez, como o senhor de forma muito competente coloca, talvez não seja a melhor interpretação, mas é uma das interpretações, e com base nela é que nós temos pautado o nosso dia-a-dia. Eu acho que cabe aqui uma reflexão. Vamos voltar a examinar do ponto de vista técnico, do ponto de vista formal-jurídico, e verificar se podemos alterar

este tipo de interpretação. Acho que é válido aquilo que o senhor coloca. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Sr. Relator, Sr. Ministro e sua assessoria. Eu queria comunicar que estou distribuindo cópias de requerimentos do Deputado Arlindo Chinaglia, que requer seja convocada a depor a Sra. Nicéa Pitta. No mesmo sentido, do Sr. Deputado Sérgio Novais. O Sr. Sérgio Novais convocando o Sr. Jorge Pagura. Do Sr. Deputado Márcio Matos e do Deputado Fernando Zuppo, sobre... Tratando exatamente sobre a medida provisória, o que seria talvez o caso dessa Comissão, então, se pronunciar sobre a mesma talvez. Não sei se nós vamos... O primeiro Deputado inscrito é o Fernando Zuppo, mas há autores desse requerimento, e eu não sei se os autores querem invocar precedentes pra fazer uso da palavra. Eu consulto...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, digamos, essa seria uma expectativa não de direito, mas de usos e costumes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Usos e costume.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, se não houver objeção, tem V.Exa., inicialmente, a palavra, Deputado Arlindo Chinaglia. Agora, eu vou pedir a cooperação dos Deputados. Os trabalhos estão indo tão bem! Eu vou... Eu vou apitar cartão amarelo nos dez minutos, tá? E evidentemente que eu não vou apitar cartão vermelho pra ninguém, mas eu gostaria muito se os Deputados pudessem se ater no tempo regulamentar. Muito obrigado a V.Exas. Tem V.Exa. a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais pares da Comissão, Sr. Ministro, tem sido uma constante nessa CPI observações pertinentes frente à questão de medicamentos. Pertinentes no que diz respeito a reconhecer que uma grande parcela da população não tem acesso. Exceção feita ao Ministério da Fazenda, todos praticamente que aqui estiveram, a não ser ainda os representantes diretos da indústria, todos reconheceram que os preços são abusivos, além de uma desconfiança no sistema de controle de qualidade, seja do ponto de vista da importação de insumos, passando pela fabricação, chegando até na própria farmácia. Pois bem, eu estou fazendo essa observação porque o senhor aqui tocou em pontos sem dúvida relevantes. Agora, a síntese que faço do seu depoimento é exatamente de que o Governo pretende

impulsionar institutos e laboratórios oficiais; que o Ministério pode fazer e poderá estimular parcerias; que o BNDES vai financiar; que é importante uma articulação com o Ministério da Saúde, Ciência e Tecnologia, etc. Então, por isso que eu digo que são todas observações pertinentes. Então eu queria fazer umas perguntas pra ver quão pertinentes nós poderíamos de fato avaliar as suas ponderações. Bem, num seminário em 22 de setembro próximo passado, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara, o Secretário de Política Industrial, o Sr. Hélio Mattar, ele reconheceu que o Governo atual não tinha uma política de desenvolvimento industrial — em setembro próximo passado. Pergunto: o seu Ministério agora já tem uma política definida para a indústria e como que se encaixam as ações para a área de medicamentos nessa política? O senhor... A partir da sua resposta, vou fazer outras perguntas.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Muito bem, eu acho que procurei ser o mais claro possível na colocação da minha manifestação inicial, no sentido de que a partir da edição da Lei de Genéricos nós podemos ter aqui no Brasil e fabricados aqui no Brasil produtos que permitam a utilização, da grande população, desses remédios, a preços mais adequados. Por que é que o número e o volume de financiamento anterior era praticamente inexistente? Porque não havia demanda e porque a própria indústria, que era na sua maioria estrangeira, não precisava desse tipo de recurso. A partir do momento em que nós podemos fabricar aqui no Brasil esses genéricos, aqueles que se interessarem pela fabricação e que possuam ou já o uso de domínio público daquela patente ou então a autorização dos seus proprietários e que desejem fazer investimento aqui, o BNDES fará todo apoio que precisar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Entendo.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Evidentemente que é preciso procurar o BNDES nessa direção e evidentemente nós faremos isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas Ministro, veja: eu entendi perfeitamente...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - No tocante à questão que o senhor colocou da declaração do Secretário Hélio Mattar a propósito de que não existe política industrial, eu não sei em que contexto isso foi colocado, mas hoje em dia é muito difícil que se possa definir o que seria uma política industrial. Eu prefiro não fazer nenhuma definição de política industrial. Eu prefiro uma expressão de política

de desenvolvimento, porque a industrial é industrial de que setor? Quer dizer, e o comércio, como é que fica? Quer dizer, então uma política de desenvolvimento que abrange todos os setores e é aquilo que o País deseja.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja: eu entendi perfeitamente que o senhor situou a questão de genéricos como um ponto fulcral que agora temos uma nova vida...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... uma nova (*ininteligível*). Eu discordo disso e queria ponderar pra V.Exa. Veja: ainda na década de 40, a indústria farmacêutica nacional, ela tinha um pulso relevante. Portanto, em absoluto, em nenhum país do mundo dependeu daquilo, de uma lei de genéricos como a atual, até porque em alguns aspectos a Lei de Genéricos tendo sido negociada no Congresso, ela significou um relativo recuo frente àquilo que se propunha para uma política de genéricos. E veja: por que é que depende de genérico para Far-Manguinhos, FURP, entre outros laboratórios oficiais, porque vêm fazendo isso: antes da Lei de Genéricos, desenvolver ou tentar desenvolver vacinas, sais, etc.? Então, porque, veja, do ponto de vista do diagnóstico, o Ministro José Serra também fez um bom diagnóstico, mas, de maneira geral, acontece sempre a mesma atitude, ou seja, é um bom diagnóstico apontando para um futuro incerto e aí eu quero fazer perguntas para o senhor. Veja: se existe a disposição do BNDES — o senhor acabou de dizer que se o BNDES for procurado isso deverá ocorrer ou poderá ocorrer de acordo com as circunstâncias —, eu posso concluir com isso, então, que o BNDES ainda não, digamos, financiou, não ampliou, não modernizou nenhum instituto oficial ou nenhum laboratório oficial dos existentes no Brasil? O BNDES já enviou dinheiro, já fez algum investimento em laboratórios oficiais ou não?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Na sua gestão ou recentemente?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É, eu tenho aqui um representante do BNDES que pode me ajudar a dar essa resposta, mas eu queria antes colocar que a indústria farmacêutica, em 1940, comparada com hoje, sofreu uma evolução muito grande.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - E todo o investimento em pesquisa e desenvolvimento que aconteceu no mundo acabou se concentrando nos países mais desenvolvidos, e de lá, através da própria evolução da química e da utilização de novos processos de fabricação...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Tá claro, Ministro. O que eu quis dizer pro senhor é que, se desde aquela época tivesse-se investido, e foi decisão de não investir, então eu digo, não teria nenhuma dependência de Lei de Genéricos. É isso que eu quis dizer pro senhor. E a tese que eu quero debater com o senhor aqui, eu acho que é útil pra nós todos...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...é que não dependia, como não depende apenas da Lei de Genérico pra haver investimento na pesquisa de sais etc. Vou dar um exemplo pro senhor e faço... Vai responder alguém do BNDES com referência a isso?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Eu acho que ele já me sinalizou que não há financiamento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não há. Então, uma outra pergunta até pra esgotar.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Tem algum planejamento, algum prazo, tipo... alguma perspectiva ou tá em aberto este financiamento pra laboratórios oficiais? Por exemplo, já existe, no âmbito do Ministério ou do BNDES, tipo: "Olha, nós vamos fazer tal política, vamos investir tal quantia em tais laboratórios". Isso já existe ou não? Ou é uma hipótese? É uma hipótese?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não. Não existe até porque não houve procura.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Então, você não tem a fixação de limites etc. Eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Posso fazer só um esclarecimento, Sr. Ministro, eu não sei se não tá havendo uma confusão aqui, porque laboratórios públicos o BNDES tá impedido de financiar.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Era isso que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, bom, então, tá.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não, mas, por favor....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria que V.Exa. tocasse nesse assunto. Nós temos de modificar essa legislação.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, mas é até porque o Ministro — eu sei disso —, mas Ministro, na sua exposição, ele reiterou, ele falou institutos, laboratórios. Eu entendi como sendo oficiais, sem excluir as parcerias com a iniciativa privada.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É verdade. É verdade e foi intencional e o senhor foi bom observador. Por que eu fiz isso? Porque exatamente nós precisamos verificar — e nisto é que o Presidente Marchezan estava colocando a questão —, se realmente nós devemos ou não ter exceção para o financiamento desta atividade em relação ao total do endividamento do setor público. Apenas por essa razão é que eu quis tocar no assunto e deixei em aberto pra suscitar pergunta...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas eu gostei tanto de ouvir que estou explorando.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - ... e o senhor, competentemente fez.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado, mas não é isso. É que eu gostei tanto que tô querendo exatamente pra ver qual é a dimensão daquilo que o senhor já tem planejado.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sem dúvida. Hoje a regra que o senhor conhece é que o senhor tem limite de endividamento do Estado e é preciso autorização do Conselho Monetário Nacional pra que esse limite possa ser ocupado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agora, vou entrar em ponto que tem interface com isso. Veja, eu digo: eu acho que é uma boa iniciativa. Concorde com a idéia de se estimular, financiar, modernizar laboratórios e institutos oficiais. Mas nós temos assistido no último período, no Brasil — e o senhor fez aqui um discreto, porém, digamos, significativa defesa da atual situação do País —, onde, veja, através do BNDES, o seu Ministério — já tivemos oportunidade de debater isso — financiou empresas multinacionais em processo de privatização até em detrimento de empresa nacional, e eu não defenderia nem a nacional nessa circunstância, quanto mais a multinacional. Isso me parece...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dez.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado, Presidente. Me parece que há uma contradição — e eu espero que ela seja superada a favor do que o senhor disse aqui — entre aquilo que vem ocorrendo em âmbito de Governo e aquilo que o senhor declarou, porque veja: se há disposição atualmente, por parte de V.Exa., em nome do Governo, de investir em laboratórios oficiais e até mesmo em laboratórios na forma de parceria, me parece que isso, digamos, se confronta com as últimas atitudes do Governo. Por que não fazer parceria para construir novas hidrelétricas ao invés de privatizar, por exemplo, né? Que é uma coisa que muitos de nós da Oposição defendemos. Então, quando caminha pra privatização, de um lado, e o senhor falar que vai haver investimento em laboratórios oficiais, me chama tanto a atenção — e eu quero reforçar a sua idéia — que eu queria ouvir um pouco mais a esse respeito de V.Exa.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - O que nós pretendemos e foi o que eu pensei ter colocado no meu... na minha apresentação inicial, é que nós devemos incentivar institutos como o FIOCRUZ, por exemplo...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Perfeito.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - ...que tem desenvolvido um trabalho absolutamente meritório na confecção de produtos de combate à AIDS. Então, eu não me refiro em que o Estado deva novamente participar do setor produtivo. Não, eu acho que nós devemos desenvolver institutos, apoiar pesquisa e desenvolvimento...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Antes que o meu tempo acabe, me dá um aparte, por gentileza?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Claro.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sem querer te atrapalhar. Mas, por exemplo, a FURP, a Fundação para o Remédio Popular...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...ela tem uma outra característica, ela é igualmente oficial. E quando o senhor fala: "Olha, eu não defendo a intervenção do Estado", e eu estou dizendo que eu defendo...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...quero dizer pro senhor um argumento até pro senhor responder e contestar — o Presidente e o Relator são testemunhas, como outros Deputados, que lá estivemos: o investimento para fazer

uma empresa como a FURP é de cerca de 50 a 80 milhões de dólares. Bom, o retorno, ela se paga num prazo de um ano e meio a três anos. Fazendo um preço até 1.000% mais barato do que laboratórios privados, trabalhando especificamente com o setor público, mais de 3 mil Prefeituras. Então, não me parece razoável pegar dinheiro público, financiar a iniciativa privada, que vai continuar vendendo caro, seja a multinacional ou a nacional, e deixar de fazer investimento que precisa na produção.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É, quando eu me referi a preços de transferência, que o Relator Ney Lopes tinha colocado, eu me referi também a valores que escapam ao senso comum. Aqueles que a vistas, a olhos grossos você consegue identificar que há alguma distorção. Eu acho que nesse particular, até que o mercado possa se mostrar de modo diferente, você precisa de institutos que funcionem dessa maneira, até para poder fazer as comparações de qualidade, aferir a qualidade do produto que está sendo vendido à população, mas, acima de tudo, ter consciência de qual é a grade de custo que ele está utilizando.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso já é feito por Far-Manguinhos.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Pois é, então...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A Far-Manguinhos, vou dizer pro senhor...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É feito? Eles têm o Instituto Osvaldo Cruz...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exato.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Você tem uma série de outros...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, respondendo à CPI, lá disseram o seguinte: que mesmo sem fabricarem determinados medicamentos, se eles pegarem a planilha de custos da indústria farmacêutica privada, seja ela multinacional ou nacional, eles têm condição de identificar aquilo que mesmo a olhos vistos não se identifica como preço abusivo. Para concluir, Sr. Presidente, o tempo é muito curto, lamentavelmente, mas qual a iniciativa que o Ministério teve — e o senhor Relator já abordou em parte isso —, naquela lista de 43 laboratórios, aproximadamente — acho que é 43 —, onde aparecem preços que indicam superfaturamento na importação? O Ministério tem alguma conclusão, investigou aquilo ou não?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não. Nós estamos olhando. É aquilo que eu disse ao Presidente Marchezan. Nós nos oferecemos para, junto com uma Comissão que os senhores possam fazer e em conjunto com outros Ministérios, criar um grupo de trabalho para verificar que ação institucional nós podemos sugerir pra combater e ter efetividade no controle disso. Porque hoje nós simplesmente olhamos os registros do SISCOMEX, nós não temos um instrumento que nos permita dizer sim ou dizer não. Então, eu acho que é isso que nós precisamos desenvolver e ofereço o conhecimento e o trabalho da nossa equipe pra, junto com a equipe que for estabelecida aqui, desenvolver esse trabalho.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quero me candidatar, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa, Deputado. Voltaremos a conversar sobre isso. Tem a palavra, também como autor, o Deputado Geraldo Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, quero saudar a vinda do Sr. Ministro e quero fazer um pedido a V.Exa., que tem sido muito condescendente com todos nós: é considerar que o Ministro é muito tranquilo ao falar e considerar isso na contagem do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou pedir pro O Sr. Ministro Alcides Tápias acelerar, então. *(Risos.)*

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não é de propósito, não.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu sei. Talvez seja uma grande virtude, Ministro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É uma questão de estilo, só.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - É uma grande virtude, que não é característica nossa, dos Parlamentares. Sr. Ministro, eu acompanhei com bastante interesse a fala do senhor, principalmente quando o senhor faz algumas avaliações sobre o déficit comercial no setor de medicamentos. O senhor disse que o déficit para o Brasil, no ano de 99, foi de 1 bilhão e 800 milhões de dólares. O senhor tem dados de anos anteriores a de 99?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Tenho 98, para farmoquímicos e coadjuvantes. A exportação, em 98, foi de 217 milhões de dólares e a importação de 1 bilhão 197 milhões. Em 99, exportações de 221 milhões e 1 bilhão e 80, nas importações. E medicamentos e imposições, 3.003 e 3.004, é um determinado tipo

de medicamentos, temos em exportação 136 milhões; importação, 933, em 98; e, em 99, temos 170 milhões de dólares de exportação e 1 bilhão 109 milhões de importação. São os últimos números que eu tenho aqui. A balança comercial, vamos chamar assim, dos produtos farmacêuticos eu a tenho desde 92, aqui, até 99, e que apresenta no conjunto geral 231 milhões de dólares de exportação, no ano passado, e 1 bilhão 511 de importações. Ambos os preços considerados **fob** .

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor fez uma afirmação de que o que está acontecendo é que os laboratórios estão transferindo para outros países as etapas finais dos processos de produção e que acredita que com o advento da Lei dos Genéricos surgiu uma oportunidade de se investir e gerar empregos aqui, no Brasil. O senhor é a favor da importação de genéricos?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não, se eles podem ser fabricados aqui, no Brasil, não.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor conhece a posição do Ministro José Serra de que ele é a favor da importação de genéricos?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Ele declarou publicamente isso, de que defende a importação de genéricos. O Governo, então, não tem uma posição unânime sobre esse assunto?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não, eu não fui contestado do ponto de vista de... com o Ministro José Serra, em relação a que tivéssemos afinado conceitos e espírito a propósito disso. O que nós podemos dizer — e isso eu tenho verificado em relação a determinados outros produtos — é que muitas vezes, em razão de fatores provenientes muito mais de ações de **dumping** feito por outros países, na exportação de produtos em relação ao produto fabricado aqui, no Brasil, esse produto é comprado pelo Ministério da Saúde por um preço muito menor do que aquele obtido aqui, no País. E eu lhe dou o exemplo, que é o da insulina. A insulina é fabricada em Minas Gerais, a um preço, dentro de todas as características, que é do ponto de vista do valor final ao consumidor, maior do que aquele que se obtém através da importação da insulina feita do exterior. Só que na verificação que nós fizemos há indícios muito fortes de que existe uma operação de **dumping**, uma operação de venda a produto... por preço inferior ao produto vendido no próprio local da fabricação. Então, neste momento, realmente, é muito difícil onde o Estado que tem recursos escassos e que precisa atender à população

deixar de comprar uma quantidade maior de produto importado para o mesmo valor despendido em relação à compra aqui, no Brasil. Evidentemente, nós temos, aí, um problema de barreira que precisa ver como pode ser resolvido em relação às regras de OMC e a caracterização da ação **dumping**, a formalização de um processo até que você possa resolver. Então, apenas neste caso é que eu lhe diria que, sendo extremamente condescendente, eu concordaria com a importação, porque aí você...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Somente neste caso a compra oficial.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Somente... aproveitando a compra oficial. Aproveitando uma situação de favorecimento proporcionada por essa ação **dumping**. Agora, evidentemente, a gente está castigando a indústria brasileira, que não tem a mesma condição de competir.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Ministro, eu sinto decepção, mas um Ministro que compõe o mesmo Governo, o da Saúde, tem alardeado a defesa da importação dos genéricos para o mercado. Acho que... eu quero dizer que, neste caso específico, estou mais com a posição de V.Sa. do que da do Ministro Serra que, de fato, acredito que importar genéricos é exportar lucros, é exportar divisas e empregar, mas empregar nos países que estão fabricando estes produtos acabados e importando pro Brasil.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - O senhor me permite completar?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Pois não.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Evidentemente, o que nós estamos falando é em condições de absoluta concorrência. Se nós aqui dentro do País não conseguimos, de forma competente, com produtividade, qualidade, o mesmo preço, então, essa indústria aqui é inviável. Ela não tem condição de competir com o exterior, aí, neste caso, nós temos que trazer de fora.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Ministro, mas mais uma vez...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Onde tivermos condições de competir, eu prefiro fazer aqui, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Mas aí, aí é que tá a grande questão, porque V.Sa. vem defendendo... com o discurso de defesa da indústria nacional.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E a indústria nacional reclamou aqui que a dificuldade na produção de genéricos é exatamente na dificuldade do Governo operacionalizar as liberações para a fabricação dos genéricos no Brasil. Segundo o Presidente da ALANAC — se não me engano ele estava aqui há pouco, ele tem acompanhado —, há por volta de 300 pedidos de registro de genéricos que estão sendo liberados a conta-gotas. Então, há uma contradição. A indústria nacional acusa o Governo de ser lento da liberação. O Ministro da Indústria e Comércio vem dizer que defende a indústria nacional e que temos, inclusive, que incentivar a produção, através de empréstimos do BNDES e outras formas e incentivar a produção nacional, e o Ministro José Serra defende a importação dos genéricos. O que me parece de fato existir uma contradição, aliás, mais uma contradição nessa área dentro do Governo, porque o Governo tem contradição na questão do controle ou não de preços, na questão da fiscalização e agora mais essa. Mas eu quero fazer uma pergunta de novo, voltando a um assunto que o Relator perguntou e que eu confesso a V.Sa. que queria esclarecer melhor a resposta. Nós sabemos que quando há superfaturamento na importação de insumos básicos, esta é uma das formas tanto de remeter divisas indevidas para o exterior quanto é uma forma de inflar o preço final do medicamento que chega ao consumidor brasileiro. Se verificado o superfaturamento, se verificado que esse superfaturamento provocou o abusivo aumento do preço, o senhor defende, neste caso, a cassação da patente deste medicamento no Brasil?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É, evidentemente que você teria que olhar pra isso como um conjunto de atitudes. Seria necessário que esse superfaturamento estivesse efetivamente comprovado à luz de comparações com outros... outras exportações ou outras importações e que este produtor tivesse agido de má-fé. Aí a lei brasileira tem todas as condições de penalizá-lo e de suspender a atividade dele e a própria utilização dessa patente, que isso é o que diz a própria lei.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, aí é que eu quero que o senhor esclareça. O que me consta é que a legislação pode proibir a importação, pode impedir a importação, mas o que eu quero uma afirmação do senhor é sobre a cassação da patente. Todo... com todas as premissas colocadas por V.S^a.: a comprovação do superfaturamento, abusividade na composição do preço. É... Aí há uma patente registrada. O que o senhor defende é o cancelamento dessa patente

para que os laboratórios nacionais possam, diante desta... do domínio do conhecimento, poder produzir aqui. O que eu entendi foi isso. É verdade o meu entendimento?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É verdade. E eu digo... Isso está previsto na lei como abuso de poder econômico. Então, quando você tem alguém que explora utilizando a exclusividade da patente, abusa — e, aqui, o superfaturamento seria um abuso de poder econômico, porque, o senhor tem razão, ele será transferido na ponta pro produto final a um preço mais caro — isso é uma razão clara que você pode cancelar o uso dessa patente aqui no Brasil e abrir isso, dependendo das circunstâncias, para utilização por outros produtores nacionais, definitivamente ou por tempo determinado, até que você possa concluir esse processo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Essa é a posição do Ministério do Desenvolvimento?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., nobre Deputado. Eu desejo, não pra contestar, apenas prestar um esclarecimento, até porque me envolvi nisso. Eu defendi, Sr. Ministro, que, juntamente com o Ministro Serra, a importação de genéricos, quando nós enfrentávamos um cartel que impedia que se fabricassem os genéricos aqui, pra quebrá-los, pra dobrá-los, pra infringir-lhes prejuízos na sua venda de produtos mais caro é que nós queríamos importar os genéricos, apenas como política de estímulo à fabricação nacional e enquanto não se fabricasse o nacional. Sabe V.Exa. Eu não creio que o Ministro, Deputado Magela, queira importar genérico a não ser nestas circunstâncias. Como sabe V.Exa., quando começamos esta CPI, e o doutor Presidente da ALANAC, que está aí atrás, disse isso sentado nesta cadeira, a indústria nacional não acreditava nos genéricos pela difamação que faziam a ABIFARMA e outros laboratórios. Então, era preciso criar estímulos, que agora nós estamos defendendo, como V.Exa., eu, o problema de umas políticas especiais para laboratórios que fabricam genéricos. Agora, a afirmativa de V.Exa. atribuída à informação do doutor da ALANAC de que 300 genéricos estão sendo liberados a conta-gota vai merecer de minha parte uma interpelação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, porque não é esta a informação que eu tenho. Acho que o

Ministério, se estivesse... não estivesse tomando as providências estaria seguramente... De forma que esse assunto eu vou esclarecer, porque eu acho que a informação que lhe deram não é verdadeira, entendeu, nesse sentido.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu não quero polemizar com V.Exa., não vou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, só pra esclarecer; eu vou esclarecer isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu só quero dizer a V.Exa. que eu posso ter lido mal as matérias que davam conta da posição do Ministro da Saúde sobre a importação de genéricos. Eu confesso que, claro, todos temos debilidade, mas a compreensão que eu tive é de que ele, de fato, defende como uma forma de se estabelecer a livre concorrência, que eu entendo que já existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, nesse caso eu estaria com V.Exa., divergindo do Ministro também. Muito obrigado a V.Exa. Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Zuppo, como primeiro orador inscrito.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Ministro, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria, primeiramente, me reportar à Medida Provisória 2.014 e confesso que fico feliz em ver que os meus pontos de vista são defendidos também pelo Relator da nossa Comissão. E tomei a liberdade, Sr. Relator, de apresentar um modelo de emenda à medida provisória pra que, analisada pela... por esta Comissão, se aprovada, possa ser uma medida da própria CPI, da própria sindicância, e que diz exatamente o que V.Exa. afirmou, né, considerando indeferidos aqueles pedidos de patente entre 1º de janeiro de 95 a maio de 97, que não se enquadrem no **pipeline**. Sobre o **pipeline** — e agora eu me dirijo ao Ministro Alcides Tápias —, um dos pontos mais complexos, Ministro, que essa Comissão tem examinado, repousa no patenteamento **pipeline**, ou seja, naquele instrumento que reconhece a retroatividade do registro da patente. Se... Eu pergunto ao senhor: se a Lei de Patentes... se ela deve ser um instrumento de estímulo ao desenvolvimento do País, qual seria o seu entendimento quanto ao mecanismo de licença compulsória? Essa licença compulsória, ela deve ser ampliada ou restringida? Como poderá a indústria farmacêutica nacional se desenvolver, se o monopólio de patentes só favorece aos detentores do processo, que não transferem tecnologia e impedem que o empresário nacional se aventure a fazê-lo, uma vez que, para tanto, terão que repassar **royalties** do exterior que são

tão onerosos quanto o desenvolvimento de novas técnicas e processos sobre o **pipeline** — e agora eu me dirijo ao Ministro Alcides Tápias. Um dos pontos mais complexos, Ministro, que essa Comissão tem examinado repousa no patenteamento **pipeline**, ou seja, naquele instrumento que reconhece a retroatividade do registro da patente. Se, eu pergunto ao senhor, se a Lei de Patentes, se ela deve ser um instrumento de estímulo ao desenvolvimento do País, qual seria o seu entendimento quanto ao mecanismo de licença compulsória? Essa licença compulsória, ela deve ser ampliada ou restringida? Como poderá a indústria farmacêutica nacional se desenvolver, se o monopólio de patentes só favorece aos detentores do processo que não transferem tecnologia e impedem que o empresário nacional se aventure a fazê-lo, uma vez que para tanto terão que repassar **royalties** do exterior, que são tão onerosos quanto o desenvolvimento de novas técnicas e processos? Como viabilizar o desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional, que V.Exa. inclusive frisa no início da sua fala e que tanto me encanta, se os processos são monopólios das empresas internacionais, ainda mais inexistindo os investimentos no setor no Brasil?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Se o Deputado permitir, a minha assessora poderia fazer essa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra a Dra. Jane.

A SRA. JANE PINHO - Obrigada. Eu gostaria de responder em duas etapas, né, porque foram colocadas duas questões bem distintas. A primeira relacionada ao **pipeline**. Esse mecanismo, ele foi estabelecido no art. 229 da Lei 9.279, de 96, o qual vedava a patenteabilidade às patentes de produto e de processo de medicamentos agroquímicos e alimentícios depositados antes de 15 de maio de 97, data em que a Lei de Propriedade Industrial entrou em vigor. E previa que essas patentes, elas só poderiam ser privilegiáveis sobre as regras do **pipeline**. Essas regras eram que os depósitos fossem feitos no prazo de um ano contado da publicação da lei, ou seja, até 15 de maio de 97; o objeto das patentes não tivesse sido colocado em qualquer mercado e que não tivessem sido realizados por terceiros sérios e efetivos preparativos para a exploração do objeto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Ministro, com todo o respeito à sua assessora, eu vou reformular essa pergunta, transformá-la em menos técnico, porque eu queria ouvir a opinião do Ministro da área.

A SRA. JANE PINHO - Hum, hum. Eu posso responder mais simplificadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Veja, nobre Deputado, eu acho que se Ministro delegou, quem está respondendo é o Ministro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sim, mais é que virá dela uma resposta técnica e já vi a competência da assessora do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. pode divergir dela, como pode divergir...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Não posso divergir dela.

A SRA. JANE PINHO - Eu posso responder de forma menos técnica, se (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então menos técnica, vamos traduzir em português isso.

A SRA. JANE PINHO - Desculpa, tá. Eu acho, quer dizer, essa proteção **pipeline**, ela é uma proteção extravagante, ela não fazia parte de nenhuma obrigação prevista no acordo de tríplice. Ela fez a transição, né, entre as patentes que tinham sido depositadas no regime anterior. Tá certo? Agora vocês sabem que a partir de 1º de janeiro de 2000 todos os países em desenvolvimento findam seu período de transição com acordo tríplice. E as regras para patenteabilidade são a verificação da novidade, do passo inventivo e da aplicação industrial. Então esse dispositivo ficou que de certa forma incompatível.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - O **pipeline** dispensa a novidade. O **pipeline** dispensa a novidade.

A SRA. JANE PINHO - Não. Estou dizendo o seguinte: a partir de 1º de janeiro, essa proteção **pipeline** ela é uma proteção extravagante, ela não está prevista nos acordos (*ininteligível*), ela não atende a esses requisitos. Eu tava falando dos requisitos e fui interrompida, mas é... agora.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E é exatamente aí, Ministro, que eu quero focalizar. Não estava prevista no tríplice. Agora, eu pergunto ao senhor uma seqüência de perguntas de caráter administrativo, não é?. O Brasil concedeu patentes de 96 pra cá. Certo?

O Sr. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - De lá pra cá, nós só estamos vendo o aumento dos preços dos medicamentos, não é? Assim como o aumento

das importações desses produtos. Esse monopólio internacional das patentes, pelo menos o que mostram as estatísticas, não está sendo prejudicial ao consumidor, ao povo brasileiro? Segundo: V.Exa. tem alguma notícia de alguma nova molécula, ou algum processo farmoquímico, ou alguma nova pesquisa que esteja sendo conduzida por uma multinacional no Brasil? A proporção de patentes depositadas no mercado internacional, Ministro Alcides Tápias, é de 96% de patentes depositadas por países do Primeiro Mundo, né, senão mais, não é? E... V.Exa considera vantagem sócio-econômica conceder patente de medicamentos num país como o Brasil com tão graves problemas sociais? E eu me reporto a uma entrevista concedida pelo Presidente Bill Clinton, aonde ele falava que as patentes dos países de Terceiro Mundo deveriam ser flexibilizadas para atentar para os graves problemas sociais existentes.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - O.k. A primeira colocação é se isto... estabelecer a concessão de patentes no Brasil, isto pode ser considerado prejudicial ao consumidor. Se... a partir do momento que se reconhece mundialmente o direito de autor, o direito de invenção, o direito de exploração da autoria sob todas as formas, é muito difícil que você possa excetuar o direito às patentes também. Evidentemente, aquilo que nós tínhamos colocado antes: é preciso que exista o bom senso de que, não é pelo fato de que a pessoa detém a exclusividade do uso da fabricação de um determinado produto, que esse produto possa ser colocado com uma margem de ganho ou com preços abusivos. A lei brasileira prevê isso no Capítulo de Abuso do Poder Econômico e que permite uma sanção em que você pode cassar a autorização para essa pessoa que detém esse direito explorar, você cassa e imediatamente transfere a terceiros a fabricação daquele mesmo produto. Se eu tenho notícia de desenvolvimento de novos produtos no Brasil, quer dizer, a partir do momento em que nós tivermos a conjugação de dois fatores que foi o da globalização de todo o comércio e de toda a industrialização, com o real valorizado aqui no Brasil, evidentemente que a economicidade da fabricação passou a ser feita através da compra de produtos no exterior, porque os custos aqui no Brasil de fabricação eram muito maiores do que aqueles obtidos em fabricação de produtos semelhantes no exterior. Então, desenvolvimento de produtos no Brasil, até o ano passado, praticamente não existiu e eles foram desenvolvidos no exterior. E a resposta é simples porque a balança comercial, que eu tinha citado antes, nos dá essa notícia. Quer dizer, a

maioria dos produtos farmacêuticos veio via importação que, aliás, confirma o número que o senhor deu de 96% dos produtos. Se, no caso, essa afirmação do Presidente Bill Clinton, em relação a que as patentes deveriam ser olhadas com moderação em relação a países que tivessem problemas sociais mais graves, eu acho que esse é um problema que, na minha opinião, é um pouco diferente. Quer dizer, não dá pra associar uma coisa a outra. Quer dizer, se você tem livre comércio, você tem livre negociação, você tem um mercado absolutamente de concorrência livre, é muito difícil que você tenha possibilidade de excetuar pra este ou aquele produto regras diferentes. No caso de patentes, eu vejo da mesma maneira. O que nós devemos fazer é verificar se está havendo ou não abuso. Se nós podemos ser competentes e criativos, parece que fomos em relação às questões dos genéricos e os exemplos que eu ouvi aqui são extremamente eloqüentes a propósito disso; da URBIS(?), que foi citada pelo Deputado Chinaglia que citou que havia a possibilidade da fabricação de produtos iguais por um preço absolutamente dez vezes menos do que havia a comercialização, nós devemos ser competentes, criativos, no sentido de desenvolver atitudes e mecanismos que possam evitar esse tipo de ocorrência. Eu acho que a discussão desse assunto nesta Casa, nesta CPI, por mais essa razão se justifica e nós somos, nesta altura, desafiados a encontrar uma solução pra isso. É que eu só não posso concordar é em abolir o direito ao inventor, aquele que desenvolveu, com investimento, um produto, uma técnica nova, ele terá direito, durante alguns anos, de explorar aquilo, mas sempre com o comedimento em relação ao preço do produto ser levado ao consumidor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - V.Exa., no início da sua fala falou em fortalecimento da empresa brasileira, incentivo às pesquisas, utilização do BNDES pra fortalecer, pra financiar essas empresas e utilização do Código de Propriedade nos casos necessários, com quebras de patentes no caso de abusos, certo? Ministro, isso... o senhor como, parafraseando o meu Presidente aqui, soa como música aos meus ouvidos também, porque o que nós estamos vendo hoje... Pra finalizar, Presidente. Eu estou aqui citando V.Exa. em passagem anterior. Por favor, deixe concluir o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não vale. Isso é apelação. Não vale.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - O que nós temos assistido aqui, Ministro, é exatamente o contrário. Os laboratórios, se hoje a proporção é de 80% pra 20 no faturamento do mercado interno, isto tende amanhã a ser 85 pra 15, principalmente se nós importarmos o genérico. Então, eu acredito que essas metas serão implantadas por V.Exa. dentro do Ministério a partir de agora, né? E dentro do mesmo tema o que eu observo também, Ministro, é uma falta de comunicação dentro do Governo entre os diversos Ministérios. Temos dados aqui importantíssimos que o próprio Governo nos forneceu. É o caso do Banco Central, que nos deu aqui as remessas de **royalties**, de lucros sobre juros de capital próprio que seriam importantíssimas nas mãos de outros Ministérios. Mas me parece que não existe essa comunicação entre os diversos Ministérios afins dentro do Governo e eu gostaria que V.Exa. falasse alguma coisa sobre isso.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É, quando o senhor coloca que devemos implantar essas atitudes imediatamente, nós as faremos, desde que a Casa faça os instrumentos institucionais, as leis, enfim, que nos permitam a ação efetiva para que esse objetivo seja alcançado. E renovo aqui o oferecimento de todo o conhecimento da nossa equipe pra ajudar na formulação desses instrumentos institucionais. No tocante à comunicação entre Ministérios, eu me penitencio e não vou querer estabelecer, em relação aos demais, qualquer culpa em relação a isso. Eu assumo a culpa disso e me penitencio por não estar bem informado se é assim que eu devo responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Ministro.
Tem a palavra o nobre Deputado Vicente Augusto Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Eu acho, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro, Sr. Ministro, nós enquanto participantes dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, nós tivemos a oportunidade de conhecermos algumas instituições nacionais que produzem medicamentos, eu diria até, senão em larga, mas em uma moderada escala, uma das quais a FURP, em São Paulo, Guarulhos, ela é responsável pela distribuição a 5 mil clientes, a 3 mil e duzentas Prefeituras e a todos os Postos de Saúde do Estado de São Paulo, com quarenta tipos diferentes de medicamentos, que supre praticamente 70% das necessidades dos médicos que atendem a clientela do Sistema Único de Saúde nos ambulatórios do

Estado de São Paulo. Com essa visão que nós tivemos, enquanto Deputados, alguns médicos — sou também, da área — é... vimos algumas instituições carecendo de estímulos para a produção, não em moderada, mas em larga escala, para que a gente pudesse vislumbrar um horizonte no Brasil, onde o Governo pudesse interferir, inclusive, para a redução de preços de medicamentos, no sentido de oferecer à rede SUS pelo menos uma quantidade razoável de medicamentos gratuitamente. Vamos dizer numa escala razoável, — quem sabe? — uns duzentos tipos ou — quem sabe? — uns cem tipos para oferecer a todos os ambulatórios da rede do Sistema Único de Saúde. A situação que se encontra não existe tantos estímulos à pesquisa. Existe no Brasil, hoje, focos isolados de pesquisa e tivemos a oportunidade também de nos depararmos com algumas dessas pessoas — eu diria até românticas — dentro do Brasil, que insistem na pesquisa nacional. O senhor, como Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Desenvolvimento, eu gostaria da sua opinião em relação ao estímulo definitivo a essas ilhas brasileiras nacionais de pesquisa, principalmente se tratando a indústria dos remédios, visto que... E o senhor comprovou que existe uma ganância implícita nesse mercado dos medicamentos, com uma presença de mais de 80% da indústria, eu não diria nem multinacional, transnacional, em nosso País.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Muito obrigado, Deputado Vicente Augusto. Eu queria lhe dizer que a minha visão nesse processo é de que nós devemos auxiliar e desenvolver a pesquisa e desenvolvimento e também a fabricação de alguns componentes ou de alguns produtos, como forma de comparação, para aferirmos a qualidade, para nós aferirmos a produtividade, para nós aferirmos o preço de fabricação dos produtos que a indústria privada deve fornecer. Eu não entendo que o Estado deva — e volto à questão — se tornar um agente da produção especificamente de remédios. As razões são as mais nobres possíveis. Porém, essa é uma questão que me toca fundo, na medida em que eu acho que todo o setor de produção deve ser da iniciativa privada e o Estado tem que ser um Estado regulador e fiscalizador. Quer dizer, no caso específico de remédios, nós estamos atravessando um período de transição em que existe uma discussão sobre as questões mais mercadológicas dos produtores de remédios e isso tem uma colocação na obtenção de resultado maior do que, propriamente, a origem do assunto. Quer dizer, você não tem hoje uma discussão do tipo alguém fabrica melhor determinado produto e, portanto, consegue obter com isso um ganho

maior do que outrem que fabrica pior aquele mesmo produto e, portanto, o produto dele é mais caro. Os produtos são praticamente **commodities**, a evolução da química aconteceu de uma maneira uniforme e, excetuado um ou outro produto de avanço tecnológico mais presente, todos os demais que ocorreram ao longo dos anos tiveram razoavelmente estudos paralelos que acabaram equilibrando o mercado, ou seja, produtos que foram inovação num determinado momento, tiveram rapidamente, em poucos anos, a companhia de outros produtos assemelhados ou com os mesmos efeitos terapêuticos, enfim, com as mesmas propriedades e qualidades. Então, eu acho que nós devemos, sim, desenvolver pesquisa, desenvolvimento, utilizar as universidades, utilizar as nossas fundações, motivar apreensão de tecnologia de conhecimento aqui no Brasil, mas como forma de monitorar e de controlar a atividade privada e termos a segurança que em algum momento se, por qualquer razão de abuso de poder econômico, você possa substituir uma determinada produção para poder atender uma questão mais urgente em relação à opinião pública. Esses estímulos à pesquisa, que o senhor coloca, eu os defendo enfaticamente, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor se compromete, nesta CPI, a ser um parceiro das universidades federais...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - ...e injetar dinheiro nas universidades federais para que eles se tornem em pólos de nessa CPI, a ser um parceiro...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - ... das universidades federais e injetar dinheiro nas universidades federais, para que eles se tornem em pólos de excelência para o controle e fiscalização dos fármacos existentes no mercado?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim. Eu me comprometo consigo e com os demais seus colegas aqui a ser um defensor nesse ponto de vista. O meu Ministério não detém recursos que eu possa adotá-los pra essa finalidade. Por isso, eu não posso assumir esse compromisso, mas estarei junto, do seu lado, pra defender que, no Orçamento, tenhamos essa destinação. E lhe digo mais: no tocante à Zona Franca de Manaus, por exemplo, uma das observações e uma das indicações que nós temos tido é o desenvolvimento local de laboratórios que procurem verificar, dentro da floresta amazônica, quais são as plantas que podem

ter características e elementos químicos que nós pudéssemos desenvolver, no sentido do aproveitamento pra desenvolver elementos químicos que possam substituir os elementos que a gente vai importar.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Ministro Tápias, eu agradeço demais, mas isso está gravado e eu, como médico...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - ... como representante dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, e principalmente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, vamos cobrar uma pronta atuação do seu Ministério nesse sentido. Eu teria mais uma pergunta, Ministro, em relação como o senhor vê... Essa Comissão Parlamentar de Inquérito, durante, desde o início também, colocou bem claro que a importação de alguns insumos necessários à produção de remédios aqui no Brasil, em alguns casos, havia diferença de preço até de — eu diria — 5.000%, digamos, uma média de 2.000% em relação aos produtos considerados de marca, onde as matrizes faziam essa importação e outras fontes de importação onde havia esse disparate para menos, para menor. Nós vimos essa prática como superfaturamento. Gostaria que o senhor abordasse um pouquinho mais intensamente esse tema, já que ouvimos de outras autoridades isso como uma coisa corriqueira e normal no comércio entre os países.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Eu acho que 2.000% não é uma coisa corriqueira e normal. Aparentemente, isso explica um pouco a sua afirmação anterior de ganância explícita a quem o senhor se referiu de alguns laboratórios. Nós não temos hoje os instrumentos necessários pra dizer sim ou não à importação de determinados produtos em relação ao preço que estão sendo comercializados. Eu renovo aquele oferecimento de desenvolver junto com os senhores, com o nosso pessoal técnico, estudos no sentido de institucionalizar medidas que nos dêem o poder, ou a nós ou à própria Receita Federal, no Ministério da Fazenda, pra dizer não à importação ou pra poder interferir no preço de transferência que seja considerado abusivo. Hoje nós não temos esses instrumentos. Eu acho que esta Comissão pode dar uma contribuição bastante importante ao sugerir medidas nesse sentido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Finalizando, Sr. Presidente, Ministro, nós vemos isso como uma altíssima preocupação dessa Comissão, né, desvendar, realmente, esse grande disparate nessa importação. E as taxas que nós

temos em mãos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, em recente exposição, o Secretário da Receita Federal disse que isso era uma prática comum entre os países esse superfaturamento. Então, eu agradeço demais as suas respostas, Ministro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, nobre Deputado Caropreso, por dez minutos. Com a palavra a nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Me esforçarei também, Sr. Presidente, enormemente pra ocupar somente os dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu lhe agradeço antecipadamente a cooperação de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu gostaria de começar, até pra gente continuar aí o debate já posto, exatamente pelo problema do superfaturamento, Ministro Tápias, e dizer que foi de muita utilidade, tem sido de muita utilidade a documentação enviada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, através do qual a gente conseguiu, vem conseguindo detectar esses superfaturamentos que, como o senhor dizem, como o senhor próprio afirmou, já encontra-se na raia do inaceitável. E aqui falamos em superfaturamento não só de 30, 40 ou 50%. Existem produtos, Ministro Tápias, cujo superfaturamento ultrapassa os 5.000%, dados dos documentos vindos do próprio Ministério que V.Exa. dirige. Heparine, estou aqui falando da heparina. O superfaturamento da heparina, do maior para o menor preço, é de 5.200%, Ministro. E aí podemos continuar: o Omeprazol, 3.462%, o Atenolol, que é um medicamento Atenol, 3.437%. E aí, Sr. Ministro, o senhor fala, e repetiu isso durante a sua intervenção, particularmente nas respostas, por diversas vezes de que não existe mecanismo, pelo menos diante do Ministério do Desenvolvimento, para coibir essa prática. Eu volto a fazer a pergunta, Ministro. Digamos que não estivéssemos aqui tratando com produtos químicos, não é, com sais, e, sim, com produtos de eletroeletrônicos e qualquer indústria do setor de eletroeletrônica quisesse exportar para fora do País um produto subfaturado a título de fugir do pagamento de impostos. Não haveria mecanismos para isso? Ou então qualquer outro setor que quisesse importar com preços superfaturados? Não há mecanismos, Sr. Ministro? Eu não entendo... e ... Acho que é impossível, porque não estamos falando de um

problema novo. Este problema vem sendo trabalhado no País há mais de uma década que é pesquisadores, estudiosos denunciam essa prática de superfaturamento. E a consequência do superfaturamento, já foi dito aqui também, remessa de divisas, sonegação de impostos, além do problema de elevar o preço de medicamento, do medicamento para o consumidor. Não há, Ministro? eu não estou conseguindo assimilar essa sua falação a respeito do problema superfaturamento.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É... Deixa, então, eu tentar ser o mais claro possível. Quando a senhora fala na importação com produto em que se paga um valor muito grande, o país que importa deveria colocar uma barreira para dizer: este preço é muito alto e, portanto, eu vou estabelecer um imposto ou uma barreira alfandegária...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Desculpe eu lhe interromper, não existe um parâmetro dentro do sistema SISCOMEX para todos os produtos?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Um parâmetro de preço de referência?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não, não, não existe. O que eu queria lhe dizer é que isso existiu durante algum tempo e, a partir do momento em que passou a vigorar a regra da Organização Mundial do Comércio, essa prática, que era utilizada como uma prática protecionista em relação à indústria local, comparada com o produto importado, ficou proibida. Infelizmente, na esteira, vamos assim, das grandes decisões, essas questões acabaram passando. Então, nós ficamos sem um instrumento que podia impedir...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A partir de quando houve a mudança e foi retirado o parâmetro?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É da criação da OMC. Jane me ajuda... Noventa e cinco, né? A partir de 1995.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas antes de 95 o problema já era...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não... Aí existia a possibilidade, porque você tinha referenciais e tudo aquilo que ultrapassava o referencial você não autorizava a importação. Ponto final. Deixa eu lhe dizer o oposto. Todas às vezes que você deseja exportar um produto por um preço muito baixo, de forma indireta,

fazendo a transferência de recursos para fora, como lucros ou dividendos, de forma disfarçada, isso é considerado no país de destino como uma operação de **dumping** e ele também pode estabelecer barreiras, se conseguir classificar essa operação como uma operação anormal de mercado, porque você não poderia vender no outro país por um preço inferior àquele que você vende no seu próprio país de origem. Então, este é um mecanismo recíproco que precisa ser bem visto e bem entendido. É evidente que os abusos têm que ser coibidos. No caso das patentes, quando isso acontece, a nossa legislação já permite que você cancele a autorização para uso daquela patente e faça utilização.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeitamente, Sr. Ministro, agora, que fique muito claro, grande parte, uma grande parte mesmo desses medicamentos aonde o superfaturamento é evidente, eles são medicamentos que não têm mais patente, a patente é de domínio público já. Ou seja, existe bases claras de comparação entre importação de um produtor e de outro produtor.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A importação brasileira através dos diversos produtores que tem espalhada, a Ásia, a Europa, enfim, no mundo todo.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Perfeito. Pra esses é que nós precisamos dos instrumentos jurídicos que nos habilitem a proibir a importação. Eu não tenho poder institucional hoje pra dizer: eu não autorizo a importação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor conhece, eu tive acesso a um trabalho muito bom de um professor da Universidade Federal, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, inclusive o Prof. Cerqueira Leite fala do trabalho do Prof. Ricardo, da UERJ, é que há uma estimativa de que aproximadamente 600 milhões de dólares sejam enviados, remetidos para o exterior através dessa prática do superfaturamento, Ministro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Eu... não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E não é um ... esse é um trabalho novo, mas existem outros trabalhos que apontam para o mesmo problema de extrema gravidade. E nós aqui trabalhamos com o setor, a CPI, que fatura mais no País do que o setor eletroeletrônico, de que o setor de informática. E mais: a pessoa, o ser humano brasileiro vive sem computador, mas ele não vive sem um medicamento.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sem remédio.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ele não vive. Então, acho que nós temos, o Governo brasileiro precisa ter claro isso, é dar um basta a essa ação que eu particularmente, me desculpe a força da expressão, eu particularmente considero criminosa. Mas ainda nesse sentido, Sr. Ministro, nós...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - A senhora me permite?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pois não.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Eu só queria deixar claro que eu penso como a senhora. Quer dizer, o que nos falta são os instrumentos institucionais pra poder praticar aquilo que a senhora disse.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Como disse o Deputado Zuppo, isso nos anima muito, Sr. Ministro, mas o que precisamos são de ações práticas.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Pois é, mas a Casa...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não estamos tratando de um problema novo, as CPIs anteriores relataram.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não, não, isso é perfeito, está perfeito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Identificaram o superfaturamento e nada aconteceu nesse País.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - A Casa pode estabelecer as leis que nós precisamos pra poder colocar isso em prática.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeitamente, Ministro. Outra pergunta que eu gostaria de fazer a V.Exa. é que nesse documento que eu acabei de me referir, cuja origem é o Ministério do Desenvolvimento, lá consta o dado do insumo importado, a quantidade importada, o valor FOB e o valor do preço por quilo em dólar, mas não consta uma informação que pra nós, da CPI, é fundamental, que é a identificação das empresas fornecedoras de tais produtos. Nós já encaminhamos pra V.Exa., pra o Ministério o requerimento que aqui foi aprovado e queremos saber do senhor quando é que teremos acesso a esses dados.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Olha, o Relator Ney Lopes citou até que temos respondido com uma brevidade importante. Se tiver alguma coisa parada, faz favor, a senhora me dá ...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu acabei de destacar que um importante documento...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não, me dá os elementos que eu faço chegar nas suas mãos imediatamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeitamente, da Presidência da CPI que distribuirá a todos pra que todos possamos ...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É, não existe motivo nenhum, razão nenhuma pra que a gente demore na entrega das informações.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeitamente, Sr. Ministro. Agora, eu gostaria de abordar a sua fala inicial, não é, que em boa foi-nos distribuído a reprodução, foi distribuída a reprodução da sua intervenção inicial. Isso, primeiro, destaca o problema do crescimento da importação, das importações no setor. E falou muito rapidamente alguns dados, dados de que a CPI já dispõe, né, que recebeu do Ministério da Fazenda, é... a importação de produtos farmacêuticos. Veja, Sr. Ministro, produtos acabados, aqui nós não estamos falando de farmoquímica, são produtos acabados.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Em 1995, foi em torno de 529 milhões de dólares...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Em 1999, 1 bilhão, 511 milhões. Ou seja, houve um acréscimo de superior a 185%, Sr. Ministro, 185%. Ou seja, as empresas, as multinacionais que fabricavam o produto final aqui processavam o medicamento no Brasil estão deixando de fabricar numa... numa... com uma celeridade que chega a ser assustadora, Sr. Ministro, porque isso reflete no desemprego, reflete no problema da balança comercial, enfim, e numa dependência maior do Brasil diante do setor farmacêutico das indústrias multinacionais. E li, aqui, algumas das propostas que V.Exa. apresentou. Uma delas é dizendo o seguinte: que é implantar, desenvolver no País toda a cadeia produtiva do setor farmacêutico. E aí, o senhor começa relatando a necessidade de priorizar "P" e "D", pesquisa e desenvolvimento, destacando que é a parte mais cara. Concordo plenamente com isso. E de que forma? Estimulando os institutos, os centros de pesquisas e universidades. Mais adiante, o senhor fala que um dos primeiros passos será incentivar a realização da etapa de formulação dos

medicamentos. Essa é a terceira etapa, Sr. Ministro. Então, parece, que se pulou aí a segunda etapa. E da segunda etapa, o senhor diz o seguinte: que outro ponto igualmente relevante, na adoção de uma política para o setor, é a formação de parcerias entre fabricantes nacionais de medicamentos e os produtores dos princípios ativos. Aí, nós temos, aqui — e já apresentamos um requerimento — um documento que nos foi remetido pela ABIFINA e que mostra um documento que é muito, não é um documento completo, mas relata em torno de 134 produtos, insumos, Ministros, Ministro, que eram fabricados no Brasil em 1989 e, hoje, não mais são fabricados. Então, já que não está escrito, o senhor não abordou a segunda etapa, não abordou. Por que a primeira etapa do setor, qual é, da fabricação do processo produtivo? A primeira etapa é pesquisa; a segunda é a produção dos princípios ativos, dos insumos; a terceira é o processamento físico do medicamento; e a quarta é o **marketing**, a comercialização. Nós temos sentido, o Brasil ressentir-se de uma política que estimule a produção de insumos, esses que eles praticam aí o superfaturamento na importação. O que o senhor diz em relação a essa segunda etapa, uma vez que, aqui, no seu relato inicial, o senhor fala muito pouco, e fala de parcerias? E eu questiono ao senhor. Que parcerias é essa, é com a multinacional que produz o insumo, aquela que produz o insumo lá fora e importa pra cá, seria essa a parceria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tempo esgotado, tempo esgotada, nobre Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Agradeço e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... concluo já, até ouvindo a resposta do Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Os números da balança que a senhora citou são os mesmos números que eu tenho, aqui. Então, não há discordância em relação a isso. Em relação à segunda etapa do processo que a senhora se referiu, talvez eu tenha cometido um equívoco quando eu comecei falando em cadeias produtivas e, depois, pesquisa e desenvolvimento. Deveria inverter isso e dizer: pesquisa e desenvolvimento, cadeias produtivas. Aí incluí o que a senhora se referiu com formulação de produtos, etc. Quer dizer, na minha idéia, eu posso não ter transmitido isso de maneira absolutamente fiel àquilo que eu

penso, mas é todo o processo. Quer dizer, desde pesquisa e desenvolvimento até a fabricação do produto final.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir desculpas, Sr. Presidente, mas eu acho que seria importante que o senhor relatasse qual é a visão do Ministério do Desenvolvimento — e poderia mandar por escrito posteriormente pra CPI — no tratamento a indústria de química fina, aquela que produz o princípio ativo que esse o senhor não desenvolve. E para concluir mesmo, em relação ao relacionamento com o MERCOSUL. Nós sabemos que no MERCOSUL não há o pagamento de tributos entre os países que compõem o MERCOSUL, quando esses produtos são fabricados nos países do MERCOSUL. E eu tenho uma matéria publicada pelo jornal **O Globo**, de dezembro de 1998. Considero isso muito importante, por isso que estou até transgredindo a ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tudo o que V.Exa. faz é importante.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É... é... **O Globo** de 1998. Muito obrigada, Sr. Presidente, pelo seu reconhecimento. Sei que não tudo o que faço que é extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Só que os outros Deputados reclamam de mim também... (Riso)

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas a matéria do **Globo**, Sr. Ministro, ela, olha a matéria, olha a chamada: "Uruguai, uma fábrica fantasma". E aí diz o seguinte... Levanta a possibilidade? Não, levanta de forma textual, sim, de que estaria havendo uma triangulação na importação de produtos de medicamentos para o Brasil. Ou seja, as matérias-primas vêm do estrangeiro para o Uruguai ou para a Argentina. Lá, elas sofrem uma pequena maquiagem, Ministro, e depois são remetidas pra o País. Como é que o Ministério tem trabalhado este problema? E gostaria que fosse detalhadamente enviado depois por escrito pra gente, porque acho que um problema extremamente sério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Encaminhe o pedido ao Sr. Ministro, que está com a palavra para responder e concluindo essa interlocução.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Perfeito. Quando a senhora se referiu, ainda na pergunta anterior, à parceria com os produtores dos princípios ativos sim, que é uma forma de fazer com que você possa incentivar a indústria

brasileira, aqui, tendo garantido acesso à tecnologia, acesso às próprias patentes de fabricação. Então, o local de fabricação pode ser o Brasil e em parceria com sócios brasileiros. O que eu queria-lhe dizer à propósito desse fenômeno que ocorreu e porque também houve esse desequilíbrio na balança comercial foi a conjugação de dois fatores: ser o primeiro, a partir da edição do Plano Real, com o real, acabou ficando valorizado em relação ao câmbio. Isso tornou a produção interna de valor muito mais caro do que a produção externa, e naturalmente essas indústrias transferiram o seu centro de produção para o exterior e importaram esses produtos, porque eles vinham em preços, comparativamente à concorrência interna, a preços mais interessantes. Por isso essa movimentação para o exterior. Sem dúvida nenhuma foi isso. A sua citação sobre o problema de MERCOSUL, de fato não existem dentro do sistema MERCOSUL não existem tarifas alfandegárias. É regra geral. Algumas exceções acabaram ocorrendo, que estão sendo paulatinamente resolvidas, como a entrada através de qualquer participante do mercado do Sul, do MERCOSUL, com isenção de tarifa naquele país, diferentemente dos outros países, como uma forma de penetrar no mercado interno a um preço mais competitivo, para utilizar o fato de que não existiria entre o Uruguai e Brasil uma tarifa alfandegária. Esses processos todos estão sendo resolvidos no âmbito de MERCOSUL, e a idéia de uma fábrica fantasma ou maquilas, ou coisa desse tipo estão sempre em processo de discussão todas as vezes que nós nos reunimos com os parceiros que nós temos aqui no MERCOSUL. Isso é um problema que infelizmente, no início do processo, aconteceu, e ao longo do tempo vai-se procurar aperfeiçoar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Com a palavra o nobre Deputado Márcio Matos.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sr. Presidente, Sr. Ministro, já foi colocado aqui o problema do superfaturamento das importações, e aquela diferença de preço dos produtos de importação que o senhor julga razoável, eu entendo que pode ser até 30, 40 ou 50% do valor, mas 500.000, 2.000% não é razoável. Eu acho que o seu Ministério, o Governo brasileiro devia ter um cuidado no sentido de investigar principalmente esses valores extravagantes, que fogem bastante do razoável, né? Mas o..., o... em face dessa globalização toda, que o Brasil foi globalizado, quer dizer, de um déficit... de um total de importação de medicamentos em 1990 de um pouco mais de 50 milhões, nós chegamos à faixa de 1 bilhão e 800.

Isso significa uma perda de 40 mil empregos. Eu vejo com certa satisfação, na sua explanação, quando o senhor mantém o desejo vivo de que realmente o BNDES venha a dar um apoio grande para a indústria nacional e para os laboratórios públicos. Mas também fico com uma preocupação em face dessa limitação do BNDES financiar entes públicos, como os laboratórios, como também nas universidades, como tem um documento aqui das universidades públicas do Paraná, que estão reclamando que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico libera em torno de 500 milhões de reais para empréstimos para universidades privadas e as universidades públicas praticamente estão afastadas disso. Na época dos militares, em que no seu modelo existia um mecanismo de nacionalismo muito grande, nós tivemos alguma questão no desenvolvimento, principalmente, dos medicamentos com a CEME. Só que, na verdade, os nacionalistas de então hoje são considerados praticamente neobobos, não é? E os imperialistas de então são os neoglobalizados. Então, nós temos uma simples troca de nomes, mas os conceitos são os mesmos. A preocupação e a pergunta principal é com relação à tecnologia. Não existe país do mundo que, se não tiver o domínio da ciência e da tecnologia, possa realmente ter um lugar seguro perante todas as nações desenvolvidas. O seu Ministério tem alguma relação ou está desenvolvendo algum trabalho com o Ministério da Ciência e Tecnologia, para que realmente possa ter financiamento de pesquisa tecnológica, evolução tecnológica e industrial, principalmente nesse campo da medicação? Essa medida da limitação pros públicos, mesmo que exista essa medida, não existe algum mecanismo para que seja realmente financiados os laboratórios nacionais no sentido de pesquisa? Porque, para mim, uma resposta do representante da LANAC(?), dos laboratórios nacionais, nenhum deles tem patente, tanto no Brasil, quanto no exterior, que infelizmente mostra que os nossos laboratórios nacionais se mantêm, ao longo do tempo, como os copiadores das fórmulas que perderam a patente lá no exterior. E a outra pergunta é com relação à Central de Medicamentos. A Central de Medicamentos, que fora elaborada no sentido duma produção de medicamentos barato para a população pobre, e também no sentido de desenvolver uma tecnologia nacional, infelizmente foi totalmente desativada. Existe, de sua parte, o interesse, juntamente com o Ministério da Saúde, de reativar a Central de Medicamentos? Porque nós achamos, assim, de suma importância que a CEME realmente desenvolveu um papel altamente importante, e eu acho que, nessa hora

dos genéricos, ela deveria ser o precursor de todos os laboratórios públicos para lançar imediatamente esses genéricos no Brasil rapidamente. E, finalmente, eu acho que essa implantação do genérico, além de ser um tanto quanto demorada por causa desses testes, o senhor não acha que o valor, os valores cobrados para esses testes da biodisponibilidade e bioequivalência estão extremamente exagerados e caros para os laboratórios médios ou pequenos nacionais? São essas as questões que eu ia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o nobre Sr. Ministro para as respostas.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Deputado Márcio Matos, o apoio que nós podemos dar ao... vamos chamar de renascimento da indústria farmacêutica no Brasil é total. Eu já me manifestei. Na medida em que, desenvolvido um projeto em conjunto que possa representar as recomendações dessa CPI, possamos desenvolver em conjunto com os outros Ministérios, especificamente o Ministério da Saúde, sem dúvida nenhuma terá todo o apoio do BNDES. E isso é um compromisso que eu já lancei aqui e me referi várias vezes. O apoio às universidades, às fundações pra pesquisa, desenvolvimento, pra o estabelecimento de controle de qualidade, aferição de preço, etc., eu acho que uma das sugestões que a própria CPI poderia fazer seria encontrar uma maneira de que fosse excetuada da regra de controle ou da totalização de empréstimos pra entidades públicas, porque hoje, pra fazer um empréstimo do BNDES pra uma fundação, pra uma entidade de pesquisa, eu dependo de autorização do Conselho Monetário Nacional. Então, talvez, uma recomendação que a CPI pudesse fazer seria, dentro de certos limites e com essa finalidade, o BNDES teria possibilidade de, mesmo sem ouvir o Conselho Monetário, fazer o apoio financeiro. Eu não tenho dúvida de que o Conselho Monetário olhará com muito carinho uma sugestão nesse sentido, mas essa é a minha limitação hoje. Do ponto de vista tecnológico, nós já estamos desenvolvendo, em conjunto com o Ministro Ronaldo Sardenberg, toda a utilização do conhecimento e da ampliação tecnológica, da evolução tecnológica que existe nas várias secretarias existentes naquele Ministério para a aplicação em todo o processo industrial. E aí eu generalizo. Não é só em relação à questão dos medicamentos, mas de caráter geral. Todo momento que nós fizemos o estudo da evolução das cadeias produtivas, no sentido de desenvolver maior produtividade, resolver os problemas que existem em algum setor produtivo, nós já temos firmado

com o Ministério de Ciência e Tecnologia um convênio em que nós sempre vamos ouvir o MCT pra saber. Vamos mostrar o nosso diagnóstico, saber se eles têm solução tecnológica que nos ajude a resolver aquilo. Quando se refere especificamente à área de medicamentos, isso se fará numa intensidade maior. Eu diria até pro senhor que a gente, agora, nós estamos recomeçando a indústria farmacêutica no Brasil. A partir das conclusões do trabalho desta CPI, sem dúvida nenhuma, nós vamos ter o melhor diagnóstico desse setor e, do ponto de vista de tecnologia, o MCT e o Ministério do Desenvolvimento vão poder, trabalhando juntos, oferecer aos industriais que desejarem fazer o investimento o apoio que for necessário. O senhor me pergunta também sobre a Central de Medicamentos, se seria o caso de reativá-la. Eu, pra ser absolutamente sincero, eu não tenho opinião sobre isto. Eu confesso o meu desconhecimento do funcionamento dessa central. Na medida em que seja algo — e eu aqui vou, intuitivamente, tentar lhe mostrar como eu penso sobre esse assunto —, na medida em que seja algo que ajude e que tenha a possibilidade de fazer um trabalho social de acesso da pessoa mais carente aos remédios de uso continuado, aqueles que são absolutamente necessários pra, inclusive, a sobrevivência das pessoas, eu diria que qualquer sacrifício nesse sentido vale a pena. Então, se for o caso de reativar, então, que seja reativado. Sobre os genéricos, se os valores cobrados não estão exagerados, eu acho que a gente volta um pouco àquele ponto no fornecimento da matéria-prima importada para a fabricação aqui. E aquelas questões alfandegárias etc., nós precisamos ter os instrumentos legais pra poder agir com força, pra poder dizer sim ou não à importação e estabelecer regras que evitem esses exageros, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Obrigado, Sr. Ministro. Tem a palavra o nobre Deputado Iris Simões, que teve que se ausentar pra atender um outro compromisso inadiável. O Deputado Arlindo Chinaglia já falou. Tem a palavra o nobre Deputado José Linhares, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela serenidade e, sobretudo, pela honestidade. Quando V.Exa., realmente, não entende da matéria, diz: não tenho conhecimento. No entanto, Ministro, nós aqui ficamos, nós, da Comissão, estamos assim — pode até ser que nós sejamos uns Dom Quixotes —, nós estamos tentando fazer com que o medicamento, sobretudo o medicamento

necessário, ele seja, esteja a alcance dos mais necessitados, do mais pobre. E a gente fica um tanto quanto desarmado quando escuta as nossas autoridades, porque nós constatamos que as forças, infelizmente, do mercado, elas rompem, de certo modo, as próprias forças sociais ou da própria sobrevivência. Então, Ministro, eu lhe perguntaria: o seu Ministério é o Ministério do Desenvolvimento. Então, eu penso que desenvolvimento não existe, se a gente não desenvolve a pessoa humana.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - E a pessoa humana, ela é um dependente — eu chamaria até natural — do medicamento. Aqui alguns Ministros disseram que nunca tinham tomado medicamento, a não ser uma aspirina, mas nós outros, quando chegamos na idade que eu estou, dependemos muito do medicamento. Então, eu pergunto a V.Exa. V.Exa. já disse que, infelizmente, não existe um intercâmbio muito direto entre os Ministérios. Eu pergunto se o Ministério que tem como finalidade o desenvolvimento, o desenvolvimento do mercado, o desenvolvimento financeiro, se esse Ministério também não teria, — digamos assim — como instância, como apelo, fazer com que estes medicamentos, sobretudo esses importados que hoje nós estamos vendo e constatando à proporção que estamos adentrando — digamos assim — essa grande máquina, que nós estamos assustados, eu confesso a V.Exa. que eu me sinto assustado, porque eu não conhecia essa realidade — digamos assim — do outro lado. Eu pergunto se o seu Ministério não poderia, de certo modo — o seu Ministério já mandou muita colaboração para cá — aceitar o desafio de dizer: "Bom, nós vamos tomar, nos empenharmos para que esses medicamentos cheguem realmente ao pobre, àquele mais necessitado, com preços mais reduzidos". Isso seria a primeira pergunta. Em segundo lugar, se realmente no momento em que se descobre que nós estamos, V.Exa. frisou muito bem na sua exposição que nós estamos convivendo com um grande oligopólio, um oligopólio que para ser rompido não é tão fácil como nós presumimos.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - E é mundial.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Mundial, não é? Então, se nós no Brasil, já foi colocado aqui com muita insistência o problema de nós desenvolvermos a indústria farmacêutica, os fármacos, a indústria fina, etc., mas eu perguntaria até que ponto nós poderíamos, já que nós temos uma série de

genéricos liberados atualmente aqui no Brasil, e que, nós assistimos uma palestra aqui, que os similares que já estão aqui com pouquíssima, com um aporte muito rápido, eles poderiam ter um acesso ao bolso do consumidor. Então, nós perguntaríamos até que ponto os senhores do Ministério poderiam colaborar com esta ansiedade da população brasileira? Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sr. Deputado José Linhares, dizer, eu tenho a impressão de que as duas questões que o senhor me coloca são praticamente na mesma direção. Eu aceito o desafio e coloco toda a nossa equipe, e eu próprio, naquilo que puder pessoalmente ajudar, para desenvolver junto com uma comissão de Deputados desta Comissão, em conjunto com outros Ministérios a encontrar os meios legais que nós possamos fazer com que a importação dos produtos seja feita a preço de forma razoável, a preço justo, e que possa fazer com que, como consequência, o remédio chegue a um preço mais barato na mão do comprador final. Na questão de genéricos e similares, um pouco na mesma direção. Eu acho que nós temos que desenvolver num esforço muito grande e aqui no caso se for incentivando produtores ou industriais brasileiros para que esse objetivo seja atingido. Agora, nós não podemos perder de vista uma realidade que aí está. É que toda a tecnologia e todo o conhecimento mais recente, a propósito de medicamentos, está concentrado em grandes corporações mundiais. Realmente é muito difícil. Quer dizer, não é só o Brasil, os outros países também têm dificuldade de controle sobre esse processo. Eu acho que a criatividade, o empenho que a gente puder desenvolver aqui, no mínimo, para minimizar esse aspecto de que os preços sejam tão caros e ofereçam tanta resistência para que a gente possa colocar produtos, na mão dos consumidores, mais baratos. Mas hoje temos esse desafio, que é o de estabelecer as regras legais que nos permitam impedir esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu agradeço ao Deputado José Linhares que, como sempre é muito sucinto, e ao Ministro e em benefício do desempenho da Comissão ou da rapidez de ouvirmos outros Deputados. Deputado Arnaldo Faria de Sá, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Ministro, o senhor foi um executivo de sucesso no BRADESCO. Conseguirá o mesmo resultado no Banco Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Eu lhe agradeço pelo "bom executivo". Mas, enfim, eu não tenho essa pretensão. É, eu acho que eu cumpri bem o meu papel lá. Se a minha posição fosse apenas de Presidente do BNDES, eu tenho certeza de que, nos mesmos parâmetros que utilizei em toda a minha vida profissional, adaptados a um banco ligeiramente... de objetivos ligeiramente diferentes, eu não tenho dúvida nenhuma de que isso seria alcançado. Aqui, o desafio é um pouco maior. Inclui o banco, mas é muito mais amplo: é o desenvolvimento do País. Eu confesso que tenho aprendido muito aqui em Brasília e tenho, algumas vezes, cometido algumas imprudências, em relação à minha desenvoltura aqui, mas eu tenho feito um empenho muito grande. E desejo, de todo o coração... como o senhor falou aqui, eu fui um bom executivo, e gostaria de ser um bom Ministro também.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor diz no seu depoimento que laboratórios farmacêuticos aqui instalados transferiram do Brasil para outros países etapas finais dos seus processos de produção, com isso elevando o volume de importação. O que o Ministério pode fazer para tentar recuperar, para que essa produção volte para o Brasil?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Eu acho que uma coisa já aconteceu, que foi o ajuste cambial. Então, hoje a produção de remédios no Brasil pode ter parâmetro de comparação com o custo do mesmo remédio importado. Então, por isso a nossa disposição de motivar, incentivar que empresários brasileiros possam novamente investir na área da indústria de produtos farmacêuticos. De 94, 95 para cá, essa transferência para o exterior foi um fato. O outro fato é que, também nesse período, houve aglomeração de muitas indústrias, principalmente na indústria farmacêutica. Os grandes produtores mundiais acabaram se reunindo num clube menor ainda. Então, o acesso à tecnologia ficou mais difícil para o produtor brasileiro. Mas eu tenho a impressão de que, resolvida a questão comercial, que era o desequilíbrio cambial, a economicidade se faz também no Brasil. Como o empresário sabe, e tem a intuição, onde é possível ganhar dinheiro, nesse produto é possível ganhar dinheiro dentro do Brasil. E a gente vai ajudar, através do BNDES, aos empresários brasileiros que queiram compor ou uma instituição, uma fábrica nova, ou compor sociedade com laboratórios do exterior para terem acesso à tecnologia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor falou da... dos conglomerados. O Ministério está atento a essas grandes fusões aí, da Glaxo com a Smithkline, da Pfizer com a Warner-Lambert, a Novartis, que é Ciba-Geigy e Sandoz, a Aventis, que é a Rhodia e HMR, no sentido de que nessas fusões o Brasil não seja preterido em relação a México, a Argentina?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Olha, nós temos atuado em relação ao MERCOSUL e em relação às negociações bilaterais com o México também olhando para esses produtos. Agora, não é uma questão muito fácil, Deputado, porque...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que não é fácil?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Porque, como a concentração da produção hoje é toda praticamente feita no exterior, e a nossa balança nos dá essa demonstração, e o fato de nós não termos aqui no Brasil legislação que nos permita controlar esse preço de transferência com efetividade, podendo autorizar a importação ou não, você sempre depende de acordos bilaterais, de processo lento e demorado. Quando você verifica que há alguma distorção, você precisa caracterizar, pedir a instauração de um processo, e isso... O processo de **dumping**, por exemplo, acaba levando uma discussão de mais de ano. Nesse período, se há um desequilíbrio contra a indústria brasileira, talvez ela não resista.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Os laboratórios nacionais terão facilidade de acesso ao BNDES?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor também, no seu pronunciamento, fala a respeito da questão daqueles detentores de patentes que estão cometendo os abusos econômicos. O senhor cita inclusive o Decreto 3.201, de outubro de 99, e também a Lei de Propriedade Industrial, 9.279, a respeito dos elementos para o licenciamento compulsório pela não-exploração, pelo exercício abusivo de direitos ou pelo abuso de poder econômico. Isso já está comprovado em vários casos. O que o Ministério tem feito? Tem tomado alguma providência? Tem feito algum processo para que isso possa desencadear efetivamente essa ação prevista na legislação?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Olha, nós temos possibilidade de, caracterizado o abuso, cancelar a patente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Já tem casos de abusos caracterizados. O que o Ministério tem feito?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É.. INPI... Só preciso da ajuda... O Ivan sabe me ajudar a responder? *(Pausa.)* Jane? Jane, pode...? Por favor. Se temos algum processo, já, de discussão...

A SRA. JANE PINHO - O ônus... Desculpe, Ministro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

A SRA. JANE PINHO - O ônus da prova do abuso compete ao requerente — não é? — da licença compulsória. Tá? Já existiram, desde o início de 1900 até hoje, seis casos de pedido de licença compulsória. Nenhum deles chegou a...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que não chegou a acontecer?

A SRA. JANE PINHO - Olhe, não tínhamos esse mecanismo novo que foi introduzido — não é? — pelo decreto de licença compulsória por interesse público, não é? Inclusive para dar, assim, maior objetividade à licença. Porque você tem um prazo que a Convenção de Paris exige, que é de três anos a partir da concessão da patente. Então, a gente só pode licenciar o que está concedido. Como esses setores tecnológicos não estavam protegidos até 15 de maio de 97, começaram a ser analisados, eles ainda não foram concedidos, eles só foram... Quer dizer, havia o depósito, mas não há ainda a concessão. Então, é um fato muito recente. Quer dizer, a própria proteção patentária nesses setores é um fato recente no Brasil. Nós ainda não temos patentes concedidas nessa área de farmacêutica.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, Sr. Ministro, eu gostaria que V.Exa. desse agilidade a esses casos. E, para finalizar, o senhor usa, inclusive, no seu pronunciamento a mesma expressão, "para finalizar", dizendo que o Ministério está trabalhando em conjunto com os outros órgãos de governo: Saúde, Ciência e Tecnologia, Agricultura e Fazenda, e também com o setor privado na busca de soluções para os problemas de acesso a medicamentos por parte substancial de parcela da população brasileira que não tem nenhuma possibilidade de acesso. Qual é a medida prática que possa permitir — porque não adianta a gente baixar o preço do medicamento; por mais que baixe, uma grande parcela não terá acesso nenhum a qualquer medicamento —, qual é a política efetiva que permitirá que grande parcela da população tenha possibilidade de adquirir o medicamento prescrito às vezes por um médico do serviço público?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Perfeito. Essa é uma medida de médio e de longo prazo, porque nós estamos exatamente num período de transição nesse processo. Então, todo o desenvolvimento industrial, nós vamos apoiar através do BNDES. O desenvolvimento tecnológico, o convênio que nós já temos com o Ministério de Ciência e Tecnologia, que permite o acesso à última palavra do ponto de vista de desenvolvimento, e através do Ministério da Saúde, que estabelece a prioridade em relação aos produtos e aos medicamentos que devem ser atendidos em primeiro lugar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Será possível que a população que não tem acesso nenhum a medicamento venha a ter acesso a medicamentos?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Será possível, mas no médio prazo; não na semana que vem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto tempo eu tenho, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. ainda tem três minutos e cinqüenta segundos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Ministro, eu acho que a preocupação com o médio e o longo prazo poderá gerar uma alternativa. Mas de curto prazo, não tem nenhuma alternativa que possa ser implantada, uma política que resolva essa necessidade da população?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É, ela está sendo implantada através dos genéricos. Quer dizer, essa é a medida de resposta mais rápida que está sendo feita, mas em longo prazo todos os outros produtos dependerão de fabricação brasileira, de que a gente tenha instrumentos para impedir os abusos de transferência de recursos via importação, de preços exagerados, como foram citados aqui. Isso... É preciso tempo para que se possa praticar isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., nobre Deputado. Com a palavra o nobre Deputado Neuton Lima, que também teve compromissos, teve que se ausentar; o nobre Deputado Alceu Collares, que também teve compromisso e teve que se ausentar; com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Ministro, Sr. Relator, Sr. Presidente, ficou claro, pela apresentação do Sr. Ministro Tápias, que o Governo brasileiro, que o BNDES vai incentivar a indústria nacional de genéricos, e isso é muito importante. Ficou claro também que havia pouca demanda nessa área. Isso foi muito taxativo, que haverá recursos. Eu vejo aqui o Dr. Fernando, da Associação Nacional dos Laboratórios Nacionais; é a grande oportunidade de investir, porque há recursos disponíveis, e vamos investir. Como Vice-Líder do Governo, quero ressaltar que o Ministro Serra disse à imprensa brasileira e tem repetido que se for necessário, sim, vai importar genéricos para derrubar o preço — se for necessário. Eu discordo de alguns colegas aqui, que dizem: "Não, vamos manter os empregos, não podemos atrapalhar os laboratórios nacionais", mas quem sofre lá na ponta são 120 milhões de brasileiros, porque 40 milhões têm planos e teoricamente poderão comprar remédios, não é? Lá na ponta não comprem remédios, baixam ao hospital, sofrem e acabam morrendo. Então, bem claro: o Ministério da Saúde, se for preciso, vai trabalhar para importar genéricos. Nós esperamos que os laboratórios nacionais e mesmo os multinacionais que estão interessados em fabricar genéricos aqui mantenham esse preço que existe, que está... Tem remédios com 100%, com 80, com 50, os mais baratos já são 18 — 18, não é? Isso é uma preocupação da população brasileira. Dois: outra colocação taxativa de um colega da Oposição, de que há lentidão do Ministério. Eu tenho feito... Como médico, eu tenho feito reuniões com entidades regionais, nacionais, sobre os genéricos. A classe médica passa... O sucesso dos genéricos passa pelo médico. Passa pelo médico. Todas essas entidades nacionais apóiam os genéricos, mas têm uma preocupação sobre a qualidade dos genéricos, e essa foi a preocupação do legislador no ano passado, quando nós aprovamos aqui que seja... que tenha qualidade, para que o médico aposte de fato nos genéricos. E essa preocupação nós legisladores colocamos na lei, e essa preocupação a agência está tendo, e logo, logo, auxiliando o Sr. Presidente Nelson Marchezan, está por chegar a explicação que a Deputada Vanessa pediu em relação à listagem colocada pela ALANAC aqui, que quer uma simplificação. A agência entende que precisa muito cuidado sobre a qualidade. Todos nós estamos ansiosos de invadir o Brasil inteiro com genéricos, e isso vai acontecer, não há dúvida nenhuma, mas há necessidade da qualidade, e a isso nós temos que obedecer, apesar da nossa angústia e ansiedade. Em relação à fiscalização, também um Deputado da Oposição colocou, e é muito claro: nós

estamos ansiosos, todos nós estamos ansiosos, mas havia uma Secretaria de Vigilância Sanitária; era um corredor complicado, com problema de orçamento. Esta Casa votou a agência, a agência está organizada. Estive lá hoje de tarde, no começo da tarde. Organizada, tem orçamento, está cobrando taxas, e vi inclusive o Dr. (*ininteligível*); eu estava numa audiência e ele me antecipou a audiência para participar de uma reunião com os representantes das farmácias de manipulação, e lá estavam também três, quatro importadores de insumos. Tanto a Associação Nacional da Farmácia de Manipulação quanto os importadores elogiaram a agência, porque todos os processos estão andando mais rapidamente. Então, nós estamos avançando nisso. Então, não dá para aceitar — não é? — aquela política de terra arrasada, de que tem de ser tudo; é tudo ou não está funcionando. Está funcionando tudo, está andando, e esta Casa está ajudando a votar e fazendo avançar. Achei importante colocar este registro, e não há dúvida nenhuma de que depois desta CPI... já durante a CPI está mudando a política de remédios. Está mudando! Os laboratórios oficiais vão ter mais recursos no orçamento do ano que vem; nós vamos ter que votar, nós Parlamentares vamos ter que brigar para colocar mais recursos. E esperamos que os Governadores que comandam... que comandam os laboratórios mantenham a mesma política, que não mude... Lá no Rio Grande do Sul, por exemplo, no meu Estado, mudou o Governo do Estado e caiu... de 150 milhões de unidades que produziu o laboratório estadual, caiu em 99 para 30 milhões, porque mudaram as cabeças, as pessoas, os diretores se atrapalharam, e caiu. Mas não importa. Importa é que nós vamos ter que colocar mais dinheiro no Orçamento do Ministério da Saúde, porque já está ajudando, e ajuda mais, os laboratórios oficiais — os federais, que são poucos, são quatro ou cinco, e na maioria são oficiais; aí vai haver recursos, vai haver remédio. A minha pergunta, duas perguntas, ao Sr. Ministro: o que o senhor acha, e que perspectiva o senhor vê de nós Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, o tempo de V.Exa. está esgotado, seis minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Um minuto mais e eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Primeiro, isenção do ICMS. Nós temos isenção do ICMS para animais; o cidadão... o cidadão entra latindo, ganha, ganha desconto; entra tossindo, paga multiplicados — multiplicados! — impostos

para um Estado, como um todo, ineficiente para o cidadão. Dois: o senhor é Ministro do Desenvolvimento. Como é que o senhor vê a perspectiva do Brasil este ano, sob o ponto de vista de desenvolvimento? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, nobre Deputado. Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Eu queria começar agradecendo, prezado Deputado Darcísio, as suas colocações, que me ajudam, e eu acho que restabelecem aqui o bom entendimento das coisas que foram discutidas aqui hoje, nesta tarde. A propósito da isenção do ICMS, que o senhor coloca, é uma questão estadual. Quer dizer, eu poderia, como... Vamos dizer assim: como cidadão, eu poderia dizer que vejo com simpatia. Mas, do ponto de vista de uma ação institucional que eu pudesse fazer, como membro do Governo, eu acredito que pouquíssimo eu poderia desenvolver, a não ser fazer aí os embargos auriculares em relação aos nobres Governadores etc., que fossem simpáticos a essa idéia, mas é um problema de foro estadual. A perspectiva do ano 2000 que eu poderia lhe dizer é de que... Todas as indicações que nós temos no Governo são de possibilidade real de crescimento do País este ano ao redor de 4%. Nós temos também as indicações do processo inflacionário; eu acredito que dificilmente nós teremos mais do que 6% de inflação. A possibilidade do ajuste fiscal que nós ainda temos obrigação de fazer este ano é uma perspectiva que está dentro da possibilidade de ser concretizada, a respeito... da mesma maneira que aconteceu no ano passado. O único ponto que hoje foge um pouco daquilo que tinha sido estabelecido durante o ano passado é o preço do petróleo, que tem alcançado níveis que eram impensáveis até os últimos três meses atrás. Quer dizer... Então, como nós acreditamos que isso seja uma posição episódica, quer dizer, ela é anormal, nós continuamos olhando para a perspectiva de uma média de preço bastante inferior ao preço que hoje está sendo comercializado. A correção de preço da gasolina que foi feita recentemente nos permite ter, dentro das projeções iniciais, a mesma perspectiva de crescimento de 4% e de inflação de 6% ao ano, no máximo. Eu acredito que as negociações que a OPEP vem desenvolvendo... alguns países participantes da OPEP vêm desenvolvendo nos últimos dias, com o intuito de aumentar a quantidade de oferta de petróleo no mercado, vão posicionar o preço desse insumo importante em um nível mais baixo. Evidentemente, se esse preço se conduzir acima daquilo que era a própria previsão estabelecida nos mercados

futuros, que estabeleciam um preço do petróleo para o final do ano... se ela se mantiver num preço mais alto, vai ser necessária alguma correção de rumo. Talvez haja a necessidade de se repensar novamente os preços. O próprio Presidente já declarou, e declarou de maneira enfática, que não há possibilidade, neste primeiro semestre, de mudança no preço da gasolina. O que há? Estudos — e aí é uma complicação muito grande, na medida em que você possa examinar a conveniência ou não de fazer ligeira modificação ou no preço do querosene de aviação ou no preço do gás, mas como as pessoas e as quantidades atingidas são diferentes, os estudos que o pessoal da área econômica tem desenvolvido está levando em conta todos esses aspectos, mas eu diria que, no seio do conjunto de pessoas que têm olhado todas essas questões, nós estamos, pelo menos até agora, otimistas em relação a essas metas. Eu tenho sentido, no contato com os empresários, um estímulo muito grande a novos investimentos, a aumentar a produção. O pessoal deixou de visitar o Ministério, o que é uma boa indicação, e está se preocupando mais com a produção; quer dizer, está olhando para o quintal, dentro de casa, procurando acelerar, discutir, vender mais, procurar exportar. Isso já é um sinal importante, que melhora bastante o clima do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado... obrigado, Deputado e nobre Ministro. Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Novais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Quero saudar o Presidente dos trabalhos, Deputado Nelson Marchezan; o Deputado Ney Lopes, Relator; Sr. Ministro, nós estamos diante, aqui, de V.Exa., como o Ministro e o homem de governo talvez de maior capacidade de intervenção dentro da economia brasileira no sentido de desenvolvê-la, já que tem nas mãos um banco que tem 20 bilhões de reais/ano para investimentos em todas as áreas. E fica muito difícil para o povo brasileiro entender, Ministro Tápias, como se investem 2 bilhões na Ford, na Bahia, se investem bilhões nas fusões de supermercados, que causam desemprego, que causam problemas gravíssimos com os produtores, porque nós temos um número limitado... Por exemplo, no caso dos supermercados, cinco supermercados no Brasil dominam 50% do mercado de varejo. Isso patrocinado pelo BNDES, causando uma situação de preço ao consumidor extremamente adversa, uma situação de preço também para o produtor extremamente adversa. Aqui tivemos, recentemente, uma audiência pública, na Comissão de Defesa do Consumidor, dos

produtores rurais, extremamente preocupados porque os cinco supermercados impõem preços, e o BNDES a financiar essa fusão de supermercados, a financiar a compra de estatais pelo capital internacional com fartos recursos e com a determinação de que não se pode investir minimamente em laboratórios nacionais, públicos, quando se tem uma situação atroz, Ministro. O que está acontecendo com o povo brasileiro... V.Exa., talvez pela origem de banqueiro, das elites paulistas, elites brasileiras, não tem uma noção precisa do que está hoje a acontecer nas periferias das cidades do interior do Nordeste brasileiro, quando milhões de brasileiros não têm capacidade de comprar uma aspirina para matar uma dor de cabeça, ou para enfrentar qualquer dificuldade na área de saúde. Mais de 50 milhões de brasileiros não têm acesso ao elemental, a um AAS, a um medicamento para gripe, para... uma vitamina para uma mulher gestante, para uma criança que está a necessitar. Então, essas... essa contradição, Ministro, queria que V.Exa., aqui, com toda a maciez característica de V.Exa., explicasse ao povo brasileiro. Tem dinheiro para o grande capital. E esse "S" do Banco de Desenvolvimento Econômico, desse BNDES, esse "S", onde é que está esse "S"? Porque o que eu tenho visto na imprensa é muito... muitos empréstimos para o capital, o grande capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Apenas para informá-lo, três minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Três. Eu vou concluir, Sr. Presidente. Então, essa questão do BNDES, o papel do BNDES na economia brasileira... Inclusive, V.Exa... a força que V.Exa. tem... Eu achei muito preocupante V.Exa. querer passar para nós, para a CPI, essa atribuição de alterar o rumo do BNDES junto ao Conselho Monetário Nacional. Acho que isso é uma atitude de Executivo.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não, desculpe; eu disse que poderia ser uma recomendação da CPI...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sim. Mas... mas diante... diante do...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - ...ao... Eu acho que é prestigiar a CPI, se o senhor me permite.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Mas isso... essa questão, Sr. Ministro, é porque... É prestígio para a CPI, mas nós precisamos de uma urgência nessa questão. Esse quadro desses 50 milhões, que o Deputado Arnaldo, o Deputado Perondi e outros Deputados colocam aqui, é um quadro que está

acontecendo hoje, ontem, amanhã. O pessoal não tem medicamento. Eu cheguei a uma farmácia, recentemente, no interior do Ceará, e reclamei do preço de um medicamento que custava R\$ 30,00. Achei caro, e reclamei. Ele disse: "Olhe, se você que é Deputado está reclamando..." — o balconista me disse, o dono da... Balconista é dono de farmácia do interior, porque lá o dono de farmácia está lá dentro; e ele disse: "Sérgio, imagine que eu não... chega o povo aqui para comprar o medicamento por R\$ 1,00, não tem... custa R\$ 1,00 e ele não tem acesso, e eu não posso dar, porque eu vivo disso". Esse é o quadro dramático que nós estamos vivendo nas farmácias e nos locais do interior do Brasil inteiro, e nas Capitais também. Então, eu queria uma posição de V.Exa. sobre essa forte contradição que existe dentro do BNDES. E outra: esse mercado aí... Hoje, como eu vejo, há uma certa insensibilidade, Vice-Líder do Governo. Neste momento há uma decisão que... V.Exa. deve saber, Sr. Ministro: o Ministro Serra anunciou que vai fazer uma fábrica de preservativo lá em Xapuri. Vai fazer uma fábrica! Por quê? Porque na hora de um carnaval, ou para manter o mínimo programa de combate à AIDS, nós temos que ter preservativo abundante, de qualidade, no País. Vai fazer, lá em Xapuri, a fábrica Chico Mendes, em homenagem, inclusive, a esse lutador do povo brasileiro. Ou seja, há uma necessidade de o Estado brasileiro financiar as coisas que são do seu interesse, do interesse do seu povo. Então, como vai financiar preservativo, vai ter que financiar também... Porque o mercado de preservativo é muito semelhante ao mercado de medicamentos: não se adequa às leis do grande capital, do grande... do cartel que está colocado. Então, como... Eu acredito que, com esse exemplo da fábrica de Xapuri, nós podemos, concretamente, investir... E aí não tem... Eu não ouvi reclamação, aqui, muito, Ministro, do empresariado nacional sobre investimento, não. É por isso que eles não estão contemplados no BNDES. Não tem reclamação muito, não, porque os lucros são extremamente agradáveis e polposos, porque o cartel define preços, a indústria nacional dá um desconto, e a partir daí é altíssimo o lucro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Seis minutos, Deputado. Peço que conclua.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Vou concluir. Portanto, eu queria, Sr. Ministro, para que... Esse exemplo da fábrica de Xapuri não é um exemplo que deve ser seguido em outros campos? Os laboratórios já estão montados, a nossa rede de laboratórios oficiais? E por último, se o senhor esteve com o Secretário de

Comércio Americano, que recentemente esteve no Brasil e que teve contatos com altas autoridades brasileiras, o Ministro Fernando... o Presidente Fernando Henrique e alguns Ministros... Eu li que alguns Ministros; não sei detalhar se V.Exa. esteve, e se esteve, qual foi o conteúdo da conversa com o Secretário de Comércio Americano sobre a questão dos medicamentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É, eu queria lhe responder, primeiro... Eu quero começar para lhe citar a minha origem. Eu sou filho de agricultores do interior de São Paulo, que vieram... a exemplo da novela aí, **Terra Nostra**, os meus pais vieram da Espanha. E eu nasci no sítio onde meus pais, que, graças a Deus são vivos até hoje... eu nasci num sítio de café onde eles eram lavradores. E, portanto, eu vivi e conheço muito bem todas as dificuldades que o senhor citou. Quer dizer, eu não faço parte — e isso também não seria demérito nenhum — de nenhuma elite paulista. É o contrário: eu faço parte de uma elite de trabalhadores do campo, agricultores, que muito me colocam numa posição de honra, porque eu sei quanto custa ganhar, quanto custa estudar, quanto custa viver, ou sobreviver. Então, minha origem é essa. Eu tenho a exata dimensão e sensibilidade para isso. Queria começar lhe dizendo isso. No tocante aos financiamentos a que o senhor se referiu, a supermercados, ao preço de consumidores, à imposição de preços dos fornecedores etc., eu tinha citado aqui, de passagem, em relação aos grandes oligopólios que existem... Você tem de um lado o preço do consumidor, com que é preciso ter cuidado, mas do lado dos fornecedores, o senhor muito bem citou, nós também temos que ter cuidado, porque os fornecedores se vêm a braços com um, dois ou cinco grandes compradores. Eu só não posso concordar com que os preços nos supermercados, eles estão mais caros agora por força de um financiamento que o BNDES tenha feito a eles, em relação a esse processo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Só para dar um exemplo...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Por favor.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - ...Curitiba é a cidade — não sei se tem algum paranaense ainda aqui. Curitiba é a cidade onde nós temos a maior concentração... me parece que dois supermercados dominam 80% da rede de varejo de Curitiba. É lá onde se dá o maior índice de preço da cesta básica. É lá

onde se dá... porque está na mão de dois, somente. Então, há essa tendência de... Quanto mais eu concentro, mais eu tenho capacidade de manipular preço.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É, mas existe também uma lei de economia que se chama elasticidade, e todas as vezes que o senhor tem um lucro bastante interessante, o senhor desenvolve a cobiça de... Não tenho dúvida nenhuma de que um terceiro ou um quarto supermercadista vai se instalar, e a concorrência se fará com naturalidade, a preços mais baixos. É o que acontece nos grandes centros, e esse processo independe do senhor, independe de mim. Ele se faz à nossa revelia, sem dúvida nenhuma. No tocante a financiamento de laboratórios, evidentemente eles não foram feitos até agora pelo BNDES — eu comecei citando isso — porque não houve procura. Por quê? O processo de... vamos dizer assim, de... industrial... Na questão de produtos farmacêuticos, ocorreu uma evolução tecnológica muito grande e fora do País. Um dos seus colegas aqui havia citado que, a partir de 1940, a indústria brasileira atendia praticamente à totalidade da demanda. Evidentemente, naquela época, o estado da arte era um. Hoje, a evolução ocorreu de uma maneira muito grande. Infelizmente, talvez por falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento daquela época até agora, esse desenvolvimento ocorreu fora. Então, a transferência de todo o conhecimento ficou fora, e, naturalmente, aquilo que eram as práticas normais de laboratórios brasileiros... elas ficaram substituídas por produtos mais sofisticados e de eficiência maior, de preços mais competitivos etc. Por isso é que os empresários brasileiros interessados em desenvolver os laboratórios, eles acabaram... é praticamente uma espécie que acabou dentro do Brasil. No tocante ao apoio aos pequenos empresários, eu queria lhe citar os números do Brasil Empreendedor, que foi um programa lançado durante o mês de outubro do ano passado pelo Presidente Fernando Henrique e que está atingindo excepcionalmente os seus objetivos. Nós tínhamos previsto realizar, até o final de fevereiro, um montante de 145 mil contratos; nós temos, hoje, perto de 300 mil contratos. E prevíamos fazer cerca de 2 bilhões e 100 milhões de reais; hoje, nós temos 3 bilhões e 600 milhões de reais de dinheiro passado a micro e pequeno empresário através dos cinco bancos oficiais: a Caixa Federal, o Banco do Brasil, o BNB, o BASA e o BNDES — o BNDES como supridor, como banco de primeira linha, suprimo, por repasse, esses empreendedores. Então, o próprio BNDES tem procurado atender também aos pequenos empreendedores. Evidentemente, a estrutura dele é uma estrutura

diferente da estrutura de um banco de varejo. Por isso, ele é banco de primeira linha, no sentido de oferecer esses recursos a um banco que tem rede, que tem capilaridade para chegar aos interessados. No tocante ao assunto que o senhor levantou, que o Ministro Serra disse que faria uma fábrica de preservativos em Xapuri etc., eu não tenho como fazer comentários a esse respeito, mas, evidentemente, além da homenagem ao nosso Chico Mendes, nós deveríamos lembrar também que lá é a maior concentração de produção de látex, que é o insumo fundamental para os preservativos. Então, a economicidade também deve estar falando fortemente nesse processo ou nessa escolha. Sobre a visita que o Secretário do Comércio americano, Bill Daley, fez a nós, o senhor tem razão num ponto: boa parte dos empresários que ele trouxe para cá eram empresários ligados principalmente ao setor de farmácia ou de produtos farmacêuticos, preocupados, muitos, com a aplicação da Lei de Patentes. Aquele dispositivo que permitiria que o Governo brasileiro pudesse cancelar patentes etc. era a grande preocupação que eles tinham. Isso foi esclarecido. Eu próprio fiz as explicações necessárias e eles se convenceram da legitimidade e da boa aplicação dessa medida provisória. E, com isso, todos os investimentos que eles pretendiam desenvolver no Brasil foram mantidos. As conversas foram feitas no nosso Ministério. Eu estive com ele para um café da manhã, naquele dia. Às 10h30min da manhã eu o recebi no Ministério, em conjunto com toda a comitiva que ele trouxe, e ficamos de fazer a ele uma visita proximamente. E o grande... a grande razão era o **dumping** do aço, que felizmente nós conseguimos derrubar, e temos algumas outras questões, e nós vamos voltar a conversar com ele. Agora, essa conversa nos Estados Unidos agora, às vésperas de uma eleição presidencial, é um pouco complicada; quer dizer, lá é um pouco também como aqui. Quer dizer, às vésperas de eleições, esse é um processo de decisões muito demoradas. É muita conversa e quase nenhuma decisão. Politicamente, isso é um pouco difícil. Não sei se respondi todas as questões que o senhor levantou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, Ministro. Muito obrigado, Deputado. Eu vou me inscrever para fazer rápidas perguntas. Sr. Ministro, eu o felicito pelo depoimento. Acho que V.Exa. suscitou aqui questões extremamente importantes, que interessam a esta CPI; mas eu gostaria, a par de, em primeiro lugar, endossar por inteiro a sugestão do Sr. Relator de que V.Exa. ampliaria... nos submetesse algumas sugestões ou nos enviasse um

assessor... Mas se quisesse, também, nos mandar o seu ponto de vista de como nós poderíamos controlar esse problema dos excessos... Porque nós temos muitos casos aqui de abusos de remessas para o exterior em cima de matérias-primas, multiplicadas por cem, duzentas ou mil vezes. E eu gostaria, então... aliás, Ministro, quero perguntar a V.Exa. o seguinte: nesse aumento do déficit da balança de pagamento, qual é o papel do aumento do preço das importações, do superfaturamento? Houve realmente aumento da matéria-prima ou foi um superfaturamento que aconteceu? Segundo: nesse balanço deficitário dos medicamentos, V.Exa. inclui as remessas de lucros também, os **royalties** pagos etc., ou se trata apenas de simples importação e exportação? E queria, se V.Exa. não tiver esses dados, que pudesse mandá-los. Segunda questão, Ministro: eu queria enfatizar a importância de produzir genéricos no País. Nós estamos aí com dez ou doze; havia uma campanha violenta contra, e nós achamos que precisamos produzir uns trezentos. E nós achamos que, aí, precisamos conceder estímulos à indústria nacional e/ou estrangeira que queira produzir, que vão desde o financiamento até o problema, talvez, de um ICMS que a gente já sugeriu à CONFAZ, já em nome da Comissão. Aí, eu me permitiria, Sr. Ministro, inserir esse problema na construção de uma política de indústria nacional. Eu acho que... Ao lado da nossa posição de aceitar o capital estrangeiro, de com ele conviver, eu acho que é do interesse do País que nós tenhamos uma indústria, talvez calcada nacionalmente, para até exportar. E aí é evidente que eu ligo àquela coisa de que V.Exa. falou muito bem, do problema da pesquisa. Nós temos os fitoterápicos que o Brasil está permitindo que se estude aqui, que se leve, que se pesquise e que se produza lá fora, e daqui a pouco nós vamos importar o remédio industrializado feito com a nossa matéria-prima; quer dizer, eu acho que precisava, Ministro, que V.Exa., com sua experiência e com sua praticidade, desse uns avanços nisso aí, porque a CPI vai cobrar. Nós achamos que isso aí é uma falha e que nós precisamos fazer... Sei das limitações de recursos e tudo mais, mas muitas vezes é mais definir rumos e traçar políticas do que propriamente envolver muito dinheiro, e alguém tem que fazer isso, e eu sinto que há uma enorme boa vontade de V.Exa., do Ministro Serra, do Ministro Malan, de todo o mundo que vem aqui do Governo, mas as iniciativas para romper isso me parece que ainda estão acanhadas, se não estou usando uma expressão errônea. Nesse sentido, eu queria falar a V.Exa., também, que a Resolução 2.668 do Banco Central é que regula o financiamento,

mas nós detectamos aqui uma coisa, Ministro, e veja, sou Deputado de Governo: a ABIFARMA diz que 51% da população brasileira está excluída dos seus produtos; afirmou aqui, sentado aqui, o Presidente da ABIFARMA; 51% da população! Então, esses 51 são atendidos ou por políticas sociais, porque o Governo compra... Por exemplo, na AIDS o Governo economiza uma enormidade. V.Exa. citou: feitos pelo FARMANGUINHOS. É... E nós notamos que uma porção enorme da população podia ser atendida se nós tivéssemos um pouco mais de laboratórios públicos não para eliminar a produção privada, mas para ser um regulador, produzir aí de quinze a trinta por cento, para atender vinte a trinta por cento da população. Veja, um Capoten, Ministro, que custa aí no comércio doze ou quinze reais, um Capoten, dezoito, ou vinte, ou trinta, pode ser feito por dois reais e vendido por esse preço. Uma Amoxicilina, que é vendida por doze ou quinze, pode ser feita por um real, um e vinte. Eu acho que o Governo andou certo em fechar a CEME. O problema é descentralizar, no País, laboratórios de que a comunidade possa participar, e possa se fazer a comparação. Hoje nós sabemos se a FURPE está produzindo mais barato do que FARMANGUINHOS, do que o Vital Brasil ou de que o Hospital das Clínicas de São Paulo, ou outras instituições. Então, uma rede de laboratórios públicos no País poderia produzir medicamentos, fiscalizar genéricos, fiscalizar medicamentos, certificar genéricos. E outra coisa: eu acho que aí precisa dar um empurrão. O poder público não tem recursos, e eu acho que aí nós estaríamos formulando políticas para baixar o preço, não é, Ministro? Bom, eu falei em... Eu acho que, basicamente, Ministro, era isso: uma política de desenvolvimento industrial em que seguramente nós precisaríamos envolver outros Ministérios, mas em que o seu Ministério poderia, sem dúvida nenhuma, avançar. Conte com esta Comissão. Nós vamos cobrar. Nós vamos cobrar esse assunto, mas também estamos aqui para estimular. Saiba disso, Ministro: que nós não... Se nós pudermos botar uns cabras na cadeia, nós vamos botar, mas se nós pudermos construir, ao longo disso, algumas políticas que possam já beneficiar a população, como... Aliás, nós já estamos sentindo isso. Eu quero dizer para V.Exa. que os membros desta Comissão seguidamente recebem telefonemas: "Olhe, eu que pagava quinze reais estou pagando, quatro, ou cinco, ou sete"; quer dizer, as coisas estão acontecendo, mas nós queremos que aconteça mais. Com esse sentido, eu agradeço muitíssimo, em nome de todos os Srs. Deputados, a presença de V.Exa. aqui na Comissão, e tem V.Exa. a palavra, se desejar fazer algum comentário desses desafios que, em

nome da Comissão, eu estou lhe fazendo, e alguns não são desafios, são estímulos, porque o senhor nos captou, em muitos pontos, inteiramente o que esta Comissão deseja. Muito obrigado.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Presidente Nelson Marchezan, Relator Ney Lopes, eu queria agradecer muito a oportunidade de ter voltado a esta Casa, e é aqui que se formam todas as políticas, é aqui que se formam as opiniões a propósito do assunto; aqui é a Casa onde as discussões devem acontecer, e nós do Executivo, eu acho, nos sentimos sempre brindados com a oportunidade de ter uma discussão, frente a frente, de todos os problemas que nos afligem. Evidentemente, eu compreendo o processo. Eu queria que os senhores soubessem que também nos meus desejos, nos meus ideais... Eu sou de virgem; então, sou, por definição, idealista, e eu gostaria de encontrar soluções para todas as coisas. Tenho também limitações no nosso Ministério. Evidentemente, aquilo que a equipe do nosso Ministério, que esteve aqui presente e que anotou todas as observações, o que pudermos implementar de imediato, nós faremos isso. Agora, é claro que uma conclusão da CPI, no seu relatório final, será para todos nós uma recomendação, uma orientação de trabalho muito importante, porque ela vai representar o desejo da sociedade, e ela terá muito mais legitimidade, nós teremos muito mais força, no sentido de implementar todas as decisões, porque o processo de apuração foi um processo de discussão sistemática, foi um processo democrático, que é como se deve fazer. Eu tenho um amigo no Rio de Janeiro que diz que democracia é ótimo, é ótimo, mas dá muito trabalho. Eu costumo dizer que o resultado é perene. Toda decisão tomada via força, ela existe enquanto essa força permanece. E as decisões tomadas no processo democrático elas são para muito mais tempo do que assim. Eu fico feliz de, de alguma forma, poder ter contribuído. Saiba que a nossa oferta de que o BNDES apóie todo o processo que visa a uma obtenção de medicamentos mais baratos para a população, isso será feito. Agora, é claro, eu gostaria de receber essa recomendação da CPI, porque, repito, ela legitimaria muito mais qualquer medida que o nosso Ministério possa fazer. Eu queria, mais uma vez, agradecer a atenção que os senhores me deram durante todo este tempo, à nossa equipe que aqui esteve e dizer que estou sempre à disposição, Sr. Presidente e Sr. Relator, para, quando entender necessário, nos convide e nos convoque, que com muito gosto viremos a esta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, Sr. Ministro pela cooperação de V.Exa., pela disposição, pelo depoimento e pela sua forma de cooperar com esta CPI. Seguramente, voltaremos a nos entender. Eu queria declarar encerrados os trabalhos, convocando antes uma reunião para amanhã, pela manhã, às 10 horas, ouvindo primeiro o Dr. Jorge Froes de Aguiar, Vice-Presidente Executivo da ABRAFARMA, e também o Sr. Dr. Paulo Panarello Filho, Presidente da Distribuidora Farmacêutica Panarello. Está encerrada esta sessão, agradecendo a presença de todos os que aqui nos honraram com sua presença e contribuíram com as suas contribuições.

Obrigado.